



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos - SEOSP  
Assessoria da Coordenadoria CPO - SEOSP-ASCPO

## **PROJETO BÁSICO**

### **SUMÁRIO**

1. [OBJETO](#)
2. [FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO](#)
3. [DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO](#)
4. [REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO](#)
5. [MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO](#)
6. [MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO](#)
7. [MEDIÇÃO E PAGAMENTO](#)
8. [FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO CONTRATADO](#)
9. [ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO](#)
10. [ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA](#)
11. [LOCAL, RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO](#)
12. [GARANTIA DO OBJETO](#)
13. [FORMAS, CONDIÇÕES E PRAZO DE PAGAMENTO, BEM COMO CRITÉRIOS DE REAJUSTE](#)
14. [OBRIGAÇÕES](#)
15. [SANÇÕES POR DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES PACTUADAS](#)
16. [DA MATRIZ DE RISCOS](#)
17. [ANEXOS](#)

#### **1. OBJETO**

- 1.1. Contratação de empresa para Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra para **ILUMINAÇÃO DA RODOVIA RO 010 - TRECHO ENTRE A PONTE SOBRE O RIO PIMENTA BUENO E A LINHA MARTA REGINA**.
- 1.2. Os serviços são de natureza não continuada, conforme expresso no inciso XVII do art. 6º da Lei 14.133/2021.
- 1.3. A presente licitação se dará em lote único, considerando que se trata de um objeto indivisível, onde o não agrupamento causaria prejuízo para o conjunto. Além disso, trata-se de um serviço comum de construção civil, no qual a divisão em vários lotes comprometeria a viabilidade técnica e econômica da obra, além de que o valor de mobilização e desmobilização para um objeto segmentado oneraria ainda mais o custo da obra.
- 1.4. O prazo de execução do objeto será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de assinatura da ordem de início emitida pela Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos - SEOSP..
- 1.5. O prazo de vigência do contrato será de 90 (noventa) dias, contados a partir da data da assinatura do Instrumento Contratual.
- 1.6. Os prazos de execução e vigência poderão ser prorrogados a critério da SEOSP, em conformidade com a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.
- 1.7. Contato do responsável: Arq. Francisco Meleiro Neto – Coordenador SEOSP-CPO, fone: 69-3212-8108.

#### **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. **Das definições e Justificativa**
- 2.1.1. **Definição**

A **iluminação de via pública** refere-se ao sistema de iluminação utilizado para iluminar as ruas e espaços públicos durante a noite. Esse sistema é fundamental para garantir a **segurança**, a **visibilidade** e o **conforto** dos cidadãos, além de contribuir para a estética urbana. Aqui estão alguns pontos importantes sobre a iluminação de via pública:

1. **Objetivo Principal:** Proporcionar visibilidade adequada para pedestres e motoristas, reduzindo o risco de acidentes.
2. **Tipos de Iluminação:** Pode incluir lâmpadas de LED, sódio, entre outras, cada uma com suas características de eficiência e intensidade luminosa.
3. **Importância Social:** A iluminação pública é essencial para a segurança nas cidades, permitindo que as pessoas se sintam mais seguras ao se

deslocarem à noite.

4. **Planejamento:** Um projeto de iluminação deve considerar as características das vias, como largura, tipo de tráfego e uso do espaço, para determinar os requisitos mínimos de iluminação.

#### 2.1.2. Justificativa

A presente demanda justifica-se a necessidade de implantação de sistema de iluminação pública no trecho urbano da RO-010, compreendido entre a ponte sobre o rio Pimenta Bueno e a linha Marta Regina. Atualmente, este trecho apresenta deficiência significativa de iluminação, acarretando diversos problemas de segurança, saúde e mobilidade urbana.

#### Problemas Existentes:

- **Segurança:** A falta de iluminação adequada aumenta significativamente o risco de acidentes de trânsito, assaltos, vandalismo e outros crimes, afetando diretamente a segurança de motoristas, pedestres e moradores da região.
- **Saúde Pública:** Ambientes escuros são propícios à proliferação de vetores de doenças, como mosquitos transmissores de dengue, zika e chikungunya. Além disso, a falta de visibilidade pode contribuir para acidentes com pedestres e ciclistas.
- **Mobilidade Urbana:** A falta de iluminação prejudica a visibilidade, dificultando o trânsito de veículos e pedestres, especialmente à noite.
- **Valorização Imobiliária:** A melhoria da iluminação pública contribui para a valorização dos imóveis e comércio local, melhorando a qualidade de vida e atraindo investimentos.
- **Acessibilidade:** A iluminação adequada garante maior segurança e acessibilidade para pessoas com deficiência visual, idosos e crianças.

#### Soluções Propostas:

- **Implantação de um sistema de iluminação pública:** A instalação de postes com lâmpadas de LED de alta eficiência energética, distribuídos de forma estratégica ao longo do trecho, proporcionará uma iluminação adequada e segura.
- **Escolha de tecnologia eficiente:** O uso de lâmpadas LED proporciona economia de energia e maior durabilidade, reduzindo os custos de manutenção a longo prazo.
- **Integração com outros sistemas:** O sistema de iluminação poderá futuramente ser integrado a outros sistemas de segurança pública, como câmeras de monitoramento, melhorando a eficiência da segurança na região.

#### Benefícios da Implementação:

- **Redução de acidentes de trânsito:** A iluminação adequada aumenta a visibilidade, reduzindo o risco de colisões e acidentes.
- **Aumento da segurança pública:** A iluminação melhora a sensação de segurança, inibindo a prática de crimes e proporcionando maior tranquilidade aos moradores e usuários da rodovia.
- **Melhoria da mobilidade urbana:** A visibilidade adequada facilita o trânsito de veículos e pedestres.
- **Valorização do entorno:** A iluminação contribui para a valorização dos imóveis e comércio local, melhorando a qualidade de vida da comunidade.
- **Sustentabilidade:** O uso de lâmpadas LED contribui para a redução do consumo de energia e emissões de gases de efeito estufa.

Diante dos problemas apresentados e dos benefícios da implementação de um sistema de iluminação pública, justifica-se a necessidade da execução deste objeto. A iluminação adequada deste trecho urbano da rodovia estadual RO-010 é uma medida essencial para garantir a segurança, a saúde, a mobilidade e o bem-estar da população, além de contribuir para o desenvolvimento econômico da região.

#### 2.1.3. Das necessidades, especificações e requisitos

##### 2.1.3.1. Normas a serem atendidas

NBR 5101:2024 – Iluminação Pública;  
NBR 5410:2005 – Instalações elétricas de baixa tensão;  
NDU 001:2019 - Fornecimento de Energia Elétrica em Tensão Primária – Energisa;  
NDU 006:2023 - Critérios Básicos para Elaboração de Projetos de Redes de Distribuição Aéreas Urbanas;  
Demais normas da concessionária local

##### 2.1.3.2. Especificações e Requisitos

a) - Os eletrodutos instalados no solo serão do tipo pesado, fabricados em polietileno de alta densidade (PEAD), flexíveis e corrugados, com diâmetro nominal de 2" (50 mm). Serão assentados a 45 cm de profundidade e devidamente envelopados em concreto, conforme detalhado nos desenhos do projeto;

b) - Os eletrodutos aparentes, utilizados nos postes de travessia da rodovia, serão do tipo pesado, em aço galvanizado, com diâmetro nominal de 2" (50 mm). Devem ser firmemente fixados aos postes por meio de cintas específicas ou arame zincado, garantindo sua estabilidade e segurança. Os eletrodutos rígidos quando cortados, deverão ser previamente fixados em morsa e serrados sempre transversalmente, de modo que a face cortada e o eixo dos eletrodutos, formem um ângulo exato de 90°. Após o corte deverão ser retiradas as rebarbas internas. Para abertura de rosca, os eletrodutos deverão ser fixados em morsa, e deverá ser utilizado somente as tarraxas especiais para essa finalidade. Quando da utilização de emendas retas nos eletrodutos rígidos, estes deverão prover-se de rosca, sem quaisquer rebarbas, a fim de receberem luvas roscáveis de material idêntico ao do eletroduto instalado. Não será permitido o aquecimento de eletrodutos para a confecção de curvas, de modo a evitar a redução de seção interna deles, para os casos em que seja necessário a utilização destas, será permitido somente o uso de curvas pré-fabricadas. Fica proibido realizar emendas nos eletrodutos flexíveis.

As extremidades dos eletrodutos deverão ser protegidas para evitar entupimentos, quando de sua instalação. A rede de eletrodutos deverá possuir em seu interior arame galvanizado número 14 AWG, que permanecerá dentro da tubulação para manutenção ou passagens de cabos futura. Atenção na concretagem dos eletrodutos instalados no solo, é fundamental adotar os devidos cuidados para evitar deformações. Por se tratar de um material flexível, o PEAD corrugado pode sofrer amassamento ou redução da bitola caso o concreto seja aplicado de forma inadequada.

As extremidades dos eletrodutos deverão ser protegidas para evitar entupimentos, quando de sua instalação. A rede de eletrodutos deverá possuir em seu interior arame galvanizado número 14 AWG, que permanecerá dentro da tubulação para manutenção ou passagens de cabos futura. Atenção na concretagem dos eletrodutos instalados no solo, é fundamental adotar os devidos cuidados para evitar deformações. Por se tratar de um material flexível, o PEAD corrugado pode sofrer amassamento ou redução da bitola caso o concreto seja aplicado de forma inadequada.

#### **Rede de baixa tensão subterrânea**

A rede de baixa tensão subterrânea deverá ser executada conforme as diretrizes do projeto, garantindo a segurança e a eficiência do sistema elétrico

#### **Rede de baixa tensão aérea**

A rede de baixa tensão aérea será executada utilizando cabos multiplexados de alumínio, com seção nominal de 16 mm<sup>2</sup>, conforme as normas vigentes e os detalhes apresentados no projeto.

#### **Postes de iluminação**

A escolha dos postes foi feita pela equipe de arquitetura, o modelo, posição, cotas e especificações estão contidos no projeto arquitetônico.

#### **Subestações**

O sistema de alimentação da iluminação será composto por duas subestações, cada uma com um transformador trifásico de 15 kVA, instalados em locais distintos. A instalação de dois transformadores foi necessária para garantir a distribuição adequada da carga e atender à exigência de queda de tensão, garantindo o desempenho e a eficiência do sistema de iluminação.

#### **Especificações dos Transformadores**

Transformadores trifásicos de 15 kVA, projetados para operar em sistema de 127/220V, isolamento a óleo, instalados em poste ao tempo.

## **2.2. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO ÓRGÃO**

2.2.1. Criada na implantação do Estado de Rondônia, no início da década dos anos de 1980, a Secretaria de Obras e Serviços Públicos-SEOSP teve seu ápice no período do governo do Coronel Jorge Teixeira de Oliveira, momento em que a política governamental era a integração nacional, buscando a implantação de infraestrutura fundamental para o crescimento do Estado.

2.2.2. No dia 21 de maio de 2020, por meio da lei 1.060, o Governo de Rondônia recriou a Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos – SEOSP, escrevendo no livro da história rondoniense um importante capítulo que será lembrado pelas futuras gerações, como mais um momento decisivo para o engrandecimento de Rondônia.

2.2.3. A proposta do Governo de Rondônia na reativação de tal pasta é direcionada para a elaboração de projetos, que serão desenvolvidos de forma criteriosa, para que as obras, de maior ou menor impacto, tenham sempre como foco o atendimento eficiente das demandas da população, direcionando seus serviços para a promoção e integração da gestão regional dos serviços de engenharia em obras públicas, bem como ser um órgão de referência na execução de obras de infraestrutura em Rondônia, buscando a excelência na prestação de serviços públicos de qualidade.

2.2.4. O Planejamento Estratégico da SEOSP/RO demonstrado nos autos do processo 0069.165364/2021-82 define "Objetivos Estratégicos" com os quais o objeto em tela se alinha, vejamos:

### **I - FOCO DE ATUAÇÃO**

- a) Elaborar, auxiliar e entregar projetos próprios e de órgãos da administração direta e indireta;
- b) Atender por administração direta, demandas externas e internas quanto a manutenção dos empreendimentos públicos;
- c) Coordenar a fiscalização de obras atestando e garantindo a qualidade na execução das obras/objetos, bem como a correta aplicação do recurso apontado pelo Estado;

### **II - PROCESSOS INTERNOS**

- a) Atestar e garantir a qualidade na execução das obras/objetos, bem como recurso aplicado. Garantir a fiel execução dos contratos administrativos.

### **III - RESULTADOS PARA A SOCIEDADE**

- a) Contribuir com o crescimento do estado a partir da construção de novas obras;
- b) Elevar a expectativa e qualidade de vida da sociedade Rondoniense; e
- c) Garantir a segurança ambiental nas obras.

2.3. O objeto da contratação está alinhada com o Planejamento da Administração, que será inserido na atualização do Plano de Contratações Anual e se justifica por estar abarcada pelo Plano Estratégico da SEOSP conforme Adendo CADERNO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SEOSP- 2020-2027 (0045539609).

## **2.4. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR**

Conforme artigos 28 e 46 da Lei Federal 14.133/2021, para obras e serviços de engenharia adiante será avaliado o leque de soluções para a contratação pretendida:

### **2.4.1. Do artigo 28 da LF 14.133/2021**

Art. 28. São modalidades de licitação:

I - pregão;

**II - concorrência;**

III - concurso;

IV - leilão;

V - diálogo competitivo.

Definições (art. 6º. 14.133/2021):

XXI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

XXXVIII - concorrência: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser:

- a) menor preço;
- b) melhor técnica ou conteúdo artístico;
- c) técnica e preço;
- d) maior retorno econômico;

**e) maior desconto;**

XXXIX - concurso: modalidade de licitação *para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico*, cujo critério de julgamento será o de melhor técnica ou conteúdo artístico, e para concessão de prêmio ou remuneração ao vencedor;

XL - leilão: modalidade de licitação *para alienação de bens imóveis ou de bens móveis* inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance;

XLII - diálogo competitivo: modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos;

## 2.4.2. Análise das modalidades:

2.4.2.1. Adiante serão analisadas as vantagens e desvantagens das modalidades pregão e concorrência, visto que as demais não se aplicam ao objeto, considerando:

**Concurso:** não se aplica ao objeto, destina-se a escolha de trabalho técnico, científico ou artístico;

**Leilão:** não se aplica ao objeto, destina-se a alienação de bens móveis ou imóveis;

**Diálogo Competitivo:** não se aplica

2.4.2.1.1. Pregão: Pregão é a modalidade cabível para a contratação de bens e serviços comuns. Será obrigatório o uso do pregão sempre que o padrão de qualidade ou desempenho do objeto puder ser definido de modo objetivo segundo as especificações usuais de mercado. Esta é a modalidade “padrão” da Lei 14.133/2021, que deverá ser adotada na maior parte dos casos de compras e serviços. O pregão é obrigatório para aquisição de bens e serviços comuns; poderá ser adotado inclusive para serviços comuns de engenharia. O pregão não se aplica para a contratação de obras, serviços especiais de engenharia e serviços técnicos de natureza predominantemente intelectual. O pregão seguirá o rito comum do art. 17, com critério de julgamento de menor preço.

2.4.2.1.2. Concorrência: Concorrência é a modalidade cabível para contratação de obras de engenharia e para bens e serviços especiais – ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho não são usuais no mercado.

2.4.2.1.3. Se no âmbito da Lei 8.666 a concorrência era a modalidade “padrão”, agora com a vigência da Lei 14.133/2021 passa a ter aplicação residual. Continua sendo a modalidade a ser adotada para obras e serviços de engenharia e serviços de natureza predominantemente intelectual. Nas outras hipóteses, somente será cabível a concorrência em circunstâncias específicas em que não seja possível adotar o pregão.

2.4.2.1.4. A concorrência poderá adotar critérios de julgamento distintos do menor preço, como técnica e preço e melhor técnica.

2.4.2.1.5. A concorrência da Lei 14.133/2021 é diferente da modalidade de concorrência da Lei 8.666: geralmente, seguirá o rito comum do art. 17 da lei 14.133/2021 (com apresentação de propostas e lances e julgamento antes de habilitação), será realizada preferencialmente sob o modo eletrônico e poderá eventualmente adotar modo de disputa aberto, com disputa de lances.

2.4.2.1.6. Diante do exposto a escolha da modalidade decorre da seguinte questão:

Os serviços a serem executados são classificados como serviços comuns de engenharia?

Pois bem, o Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (Ibraop), em face dos novos dispositivos da Lei nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, publicou a NOTA TÉCNICA IBR 001/2021 ([link](#)) que define o entendimento sobre obra comum e obra especial de engenharia:

De acordo com os critérios estabelecidos pelo IBRAOP as obras de iluminação de rodovia não podem ser classificadas como obra comum de engenharia. Essa classificação se baseia em alguns critérios que definem o que é considerado uma obra comum. Aqui estão alguns pontos importantes a considerar:

Definição de Obra Comum: Obras comuns de engenharia são aquelas que envolvem serviços padronizáveis em termos de desempenho e que não exigem projetos extremamente complexos ou especializados.

Pois bem, apesar da clara padronização dos serviços a implantação de rede de iluminação de via **NÃO se enquadra no rol de serviços comuns de engenharia** elencados na NOTA TÉCNICA IBR 001/2021 do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (Ibraop).

- **Artigos da Lei 14.133/2021:** Artigos 27 e 28 indicam que o pregão eletrônico não é a modalidade adequada para obras de engenharia.
- **Acórdãos do TCU:** Acórdãos como 0511/2019 e 0254/2020 reforçam essa posição.

## 2.4.2.2. Do artigo 46 da LF 14.133/2021

Art. 46. Na execução indireta de obras e serviços de engenharia, são admitidos os seguintes regimes:

**I - empreitada por preço unitário:**

- II - empreitada por preço global;
- III - empreitada integral;
- IV - contratação por tarefa;
- V - contratação integrada;
- VI - contratação semi-integrada;

2.4.2.3. Do exposto conclui-se pela viabilidade de CONTRATAÇÃO INDIRETA com as seguintes definições:

**Modalidade: CONCORRÊNCIA, na forma eletrônica**

**Critério de Julgamento: Maior Desconto**

**Regime: Empreitada por Preço Unitário**

2.4.2.4. **Justificativa da adoção da empreitada por preço unitário**

A escolha do regime de empreitada por preço unitário para a licitação da obra de engenharia se justifica pela sua adequação às características específicas deste projeto. Este método apresenta vantagens significativas em termos de transparência, controle de custos e flexibilidade, tornando-o a opção mais vantajosa em comparação com outros regimes, como a empreitada por preço global.

2.4.2.5. **Pontos Fortes do Regime de Preço Unitário:**

- Precisão no Orçamento: O detalhamento do projeto em unidades de obra permite um orçamento mais preciso e detalhado, facilitando o acompanhamento financeiro durante a execução.
- Controle de Custos: A definição prévia dos preços unitários para cada item da obra possibilita um controle mais rigoroso dos gastos, minimizando o risco de desvios orçamentários.
- Flexibilidade: Alterações no projeto, desde que devidamente justificadas e aprovadas, podem ser incorporadas com maior facilidade, ajustando os custos com base nos preços unitários pré-definidos.
- Transparência: O detalhamento dos preços unitários garante maior transparência no processo licitatório, permitindo uma avaliação mais justa das propostas.
- Redução de Riscos: A definição clara dos preços unitários reduz os riscos para a Administração Pública, uma vez que os custos são mais previsíveis.
- Pagamento Justo: O empreiteiro é remunerado de forma justa e proporcional à quantidade de serviços executados, evitando disputas e litígios.

2.4.2.6. **Considerações específicas do objeto:**

O objeto Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra para ILUMINAÇÃO DA RODOVIA RO 010 - TRECHO ENTRE A PONTE SOBRE O RIO PIMENTA BUENO E A LINHA MARTA REGINA possui grande influência de serviços de terraplenagem e fundações, o que está sujeito a alterações decorrentes de erosões, assoreamentos, longo período entre levantamento que deu origem ao projeto e a execução, entre outros fatores que podem levar a necessidade de adequação do objeto

Diante do exposto, conclui-se que o regime de empreitada por preço unitário é o mais adequado para a licitação desta obra, oferecendo maior transparência, controle de custos, flexibilidade e redução de riscos, assegurando a melhor utilização dos recursos públicos e a execução eficiente do projeto

2.5. Uma vez que possuem natureza, escopo e prazos específicos, os serviços a serem contratados não são caracterizados como contínuos.

2.6. **Justificativa da Adoção do MAIOR DESCONTO**

2.6.1. **Fundamentação Legal:**

A legislação vigente permite a utilização do critério de maior desconto, desde que devidamente justificado e comprovado que esta modalidade se mostra mais vantajosa para a Administração Pública. A escolha deste critério baseia-se nos seguintes pontos:

Eficiência: A busca pelo maior desconto garante a otimização dos recursos públicos, assegurando a melhor relação custo-benefício para a administração.

Transparência: O processo de licitação será conduzido com total transparência, permitindo que todas as empresas interessadas apresentem suas propostas e concorram em igualdade de condições.

Competitividade: O critério de maior desconto estimula a competição entre as empresas, incentivando a apresentação de propostas mais vantajosas para a Administração.

Viabilidade: Análises prévias demonstraram a viabilidade técnica e financeira da adoção deste critério, garantindo a execução do serviço com qualidade e dentro dos prazos estabelecidos.

Análise de Vantagens:

A adoção do critério de maior desconto, em comparação com outros critérios, apresenta as seguintes vantagens:

Redução de Custos: O maior desconto resulta em uma economia significativa para os cofres públicos.

Incentivo à Competição: A competição acirrada entre os licitantes garante a obtenção de preços mais baixos.

Melhoria na Qualidade: A busca pelo maior desconto não implica em redução da qualidade do serviço, pois as empresas precisam apresentar propostas que atendam às especificações técnicas e legais do edital.

2.6.2. **Conclusão:**

A adoção do critério de maior desconto é a opção mais adequada para esta licitação, pois garante a obtenção do melhor preço, a transparência do processo e a otimização dos recursos públicos. Este critério está em conformidade com a legislação vigente e assegura Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra para ILUMINAÇÃO DA RODOVIA RO 010 - TRECHO ENTRE A PONTE SOBRE O RIO PIMENTA BUENO E A LINHA MARTA REGINA, com a melhor relação custo-benefício.

2.7. **Da participação de licitantes sob a forma de consórcio**

2.7.1. **Será permitida a participação de consórcio**, em face de se tratar de obras e serviços, que abrange ações diversificadas no objeto a ser executado, cujas complexidades técnicas de execução são distintas, embora complementares.

2.7.2. Para fins de habilitação, deverá ser apresentado o compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, atendidas as condições previstas na Lei 14.133/2021 no Decreto 24.874/2024 e aquelas estabelecidas neste Edital;

2.7.3. Ficam vedadas a participação de pessoa jurídica consorciada em mais de um consórcio e a participação isolada da consorciada, bem como de profissional em mais de uma EMPRESA, ou em mais de um consórcio;

- 2.7.4. A pessoa jurídica ou consórcio deverá assumir inteira responsabilidade pela inexistência de fatos que possam impedir a sua habilitação na presente licitação e, ainda, pela autenticidade de todos os documentos que forem apresentados;
- 2.7.5. As pessoas jurídicas que participarem organizadas em consórcio deverão apresentar, além dos demais documentos exigidos neste Edital, compromisso de constituição do consórcio, por escritura pública ou documento particular registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, discriminando a EMPRESA líder, estabelecendo responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados pelo consórcio;
- 2.7.6. O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto licitatório, até sua aceitação definitiva;
- 2.7.7. Os consorciados deverão apresentar compromisso de que não alterarão a constituição ou composição do consórcio, visando manter válidas as premissas que asseguram a sua habilitação, salvo quando expressamente autorizado pela SEOSP/RO e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato;
- 2.7.8. Os consorciados deverão apresentar compromisso de que não se constituem nem se constituirão, para fins do consórcio, em pessoa jurídica e de que o consórcio não adotará denominação própria, diferente de seus integrantes;
- 2.7.9. Os consorciados deverão apresentar, antes da assinatura do contrato decorrente desta licitação, o Instrumento de Constituição e o registro do consórcio na Junta Comercial, bem como no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 2.7.10. A responsabilidade dos integrantes do consórcio será solidária, tanto na fase de licitação como durante a execução contratual.
- 2.7.11. Os consorciados deverão comprometer-se a apresentar, antes da assinatura do contrato decorrente desta licitação, o Instrumento de Constituição e o registro do Consórcio, aprovado por quem tenha competência em cada uma das EMPRESAS. O Contrato de consórcio deverá observar, além dos dispositivos legais e cláusula de responsabilidade solidária, as cláusulas deste Edital.
- 2.7.12. Conforme previsto no §1º. do Art. 15 da Lei nº. 14.133/2021 será exigido do consórcio o acréscimo de 20% sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira de acordo com o disposto no item 8.8.2.5 deste Projeto Básico.
- 2.7.12.1. O acréscimo previsto neste item não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.
- 2.7.13. Cada consorciado deverá comprovar a capacidade técnica individualmente, admitindo-se o somatório dos quantitativos de cada consorciado.

## 2.8. **DA VANTAJOSIDADE DA SOLUÇÃO ADOTADA**

Quanto à vantagem da solução adotada vemos que trata-se apenas de demonstrar a vantagem da adoção do sistema em LED, visto que não se trata de outra solução a não ser a de se iluminar o trecho em risco.

2.8.1. - A iluminação pública em **LED** tem se tornado cada vez mais popular devido às suas inúmeras vantagens. Aqui estão algumas das principais razões pelas quais essa tecnologia é tão benéfica:

1. **Eficiência Energética:** As lâmpadas de LED consomem significativamente menos energia em comparação com as lâmpadas tradicionais, resultando em uma redução nos custos de eletricidade.
2. **Durabilidade:** As lâmpadas LED têm uma vida útil muito mais longa, podendo durar até **25.000 horas** ou mais, o que significa menos trocas e menos desperdício.
3. **Baixa Manutenção:** Devido à sua durabilidade, a necessidade de manutenção é reduzida, o que economiza tempo e recursos para as administrações públicas.
4. **Sustentabilidade:** Os LEDs não contêm mercúrio e emitem menos gases poluentes, contribuindo para um ambiente mais limpo e saudável.
5. **Melhor Visibilidade:** A qualidade da luz emitida pelos LEDs é superior, proporcionando melhor visibilidade e segurança nas vias públicas, o que pode ajudar a reduzir a criminalidade e os acidentes.
6. **Interatividade:** A tecnologia LED permite a integração com sistemas inteligentes de iluminação, que podem ajustar a intensidade da luz conforme a necessidade, aumentando ainda mais a eficiência.

Essas vantagens fazem da iluminação pública em LED uma escolha inteligente para cidades que buscam modernizar sua infraestrutura e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

Portanto a vantagem em questão não se trata apenas de comparação de custos, no entanto adiante resta demonstrada a vantagem financeira da iluminação em LED:

2.8.2. Vantagens e desvantagens de cada uma das possíveis soluções

2.8.2.1. O que são as lâmpadas de vapor metálico?

Lâmpadas de vapor metálico são ideais para iluminar locais grandes. Lugares como pátios e estacionamentos se beneficiam delas. Essas lâmpadas se destacam pela reprodução de cores e luz intensa de cerca de 4000K. Além disso, são duráveis e mantêm sua luminosidade por mais tempo.

2.8.2.2. Vantagens das lâmpadas de vapor metálico

As lâmpadas de vapor metálico brilham mais por cada watt consumido. Isso as torna muito eficientes. Seu design, que varia no formato e potência, permite usar em diferentes espaços. Além disso, duram muito, reduzindo trocas e manutenção.

2.8.2.3. Comparando com lâmpadas comuns, elas duram até dez vezes mais. E ainda consomem até 75% menos energia. Isso mostra o quanto são superiores e econômicas.

2.8.2.4. Desvantagens das lâmpadas de vapor metálico  
As lâmpadas multivapores metálicos são mais caras inicialmente. Esse é um ponto negativo. Outra coisa é que elas demoram para iluminar completamente. Isso pode ser um inconveniente. Elas também não são as melhores para lugares que precisam de ajuste de luz constante.

2.8.2.5. O que são as lâmpadas de vapor de sódio?  
As lâmpadas de vapor de sódio são usadas para iluminar ruas e lugares abertos. Elas são parecidas com as lâmpadas de mercúrio, mas com sódio. São conhecidas por serem altamente eficientes e terem uma luz amarela distinta.

2.8.2.6. Vantagens das lâmpadas de vapor de sódio  
Elas são muito eficientes em economizar energia. Oferecem muita luz usando menos energia do que outras lâmpadas. Como duram muito, precisam ser trocadas com menos frequência. Isso diminui os gastos e o impacto no meio ambiente. Essas lâmpadas são ótimas para iluminar espaços grandes, como ruas. Elas são escolhidas para esses lugares por serem muito brilhantes. E ajudam a ver bem, mesmo de longe.

2.8.3. Desvantagens das lâmpadas de vapor de sódio  
Porém, elas também têm pontos negativos. Um problema é que contêm substâncias que podem ser perigosas. Se quebrarem ou forem jogadas fora sem cuidado, podem poluir. Isso é ruim para a natureza e para nossa saúde.

Também causam muita poluição luminosa. Mesmo sendo boas em economizar energia, espalham luz para todos os lados. Isso pode atrapalhar animais noturnos e dificultar ver as estrelas no céu.

Característica	Lâmpadas de Vapor de Sódio	Lâmpadas de Vapor Metálico
Eficiência Energética	Alta	Moderada
Taxa de Emissão de Luz	Direcional	360°
Vida Útil	Longa	Moderada
Impacto Ambiental	Lâmpadas tóxicas	Lâmpadas tóxicas

2.8.3.1. Qual a diferença da lâmpada vapor metálico e vapor de sódio?  
Lâmpadas de vapor metálico e vapor de sódio têm diferenças marcantes. A qualidade de iluminação e a cor da luz que emitem são diferentes. As lâmpadas de vapor metálico produzem cores mais vibrantes e verdadeiras. Por isso, são perfeitas para lugares que exigem precisão de cores, como estádios e galerias de arte.

Por outro lado, lâmpadas de vapor de sódio emitem uma luz amarela. Essa luz tem menos variedade de cores, mas é muito usada em ruas por ser eficiente no consumo de energia.

Quando falamos de eficiência luminosa, as lâmpadas de vapor metálico levam vantagem. Elas iluminam mais usando menos energia. Mas, precisamos considerar a durabilidade delas. Com o tempo de uso, as lâmpadas de vapor metálico podem perder até 30% da sua capacidade de iluminar.

Em casos específicos como plantações e aquários, lâmpadas de vapor metálico são as mais indicadas. Elas ajudam no crescimento de plantas e na saúde dos corais. Já as lâmpadas de vapor de sódio podem não ser a melhor opção nessas situações. Importante saber: Cada tipo de lâmpada precisa de um reator específico e não são compatíveis entre si.

Recentemente, as lâmpadas de LED têm sido vistas como uma alternativa melhor. Isso porque gastam menos energia e duram mais tempo. Migrar para LED pode reduzir o consumo de energia em até 75%. Essa mudança também pode melhorar muito a iluminação de lugares, como estádios de futebol.

Abaixo está uma tabela resumindo as características de lâmpadas de vapor metálico e de sódio:

Característica	Lâmpada de Vapor Metálico	Lâmpada de Vapor de Sódio
Qualidade de Iluminação	Alta precisão na <b>reprodução de cores</b>	Luz amarela, limitada em tonalidade
Eficiência Energética	<b>Eficiência luminosa</b> superior	Excelente <b>eficiência energética</b>
Durabilidade	Perda de 30% de luz após 20% de uso	Maior durabilidade com menos manutenção necessária
Aplicações	Estádios, iluminação artística, plantações	<b>Iluminação pública</b> , ambientes industriais
Formas Disponíveis	Ovoidal e tubular	Principalmente tubular

2.8.4. Comparação de eficiência energética  
Entender a eficiência energética de diferentes lâmpadas é fundamental. A escolha entre tipos de lâmpadas, como vapor metálico, vapor de sódio e LED, influencia o consumo de energia. Isso afeta os custos de manutenção e a economia a longo prazo.

2.8.5. Consumo de energia  
Lâmpadas de LED gastam até 75% menos energia que as outras. Isso é muito relevante para iluminação pública e industrial. A economia de energia traz grandes benefícios.



Para entender melhor Lâmpadas de LED podem economizar até 70% de energia. Isso ajuda na eficiência energética. Lâmpadas de vapor metálico e de sódio gastam mais energia. São menos eficientes.

#### 2.8.6. Durabilidade e ciclo de vida

2.8.6.1. A durabilidade das lâmpadas afeta os **custos de manutenção** e a [sustentabilidade](#). Lâmpadas de LED duram muito mais que as de vapor metálico e de sódio. Isso diminui a necessidade de trocas frequentes. Veja a comparação abaixo

Tipo de Lâmpada	Ciclo de Vida (horas)	Eficiência Energética (%)	Consumo de Energia
LED	50,000	75	Baixo
Vapor Metálico	12,500	25	Alto
Vapor de Sódio	24,000	30	Médio

2.8.6.2. Um estudo dos EUA, em 2008, descobriu que, mesmo com lúmens menores, a luz LED parece tão boa quanto ou melhor que outras. Os LEDs iluminam cerca de 75% do espectro necessário, enquanto as de sódio apenas 20-25%. Além disso, uma LED de 30 Watts pode substituir uma de sódio de 100 Watts eficazmente, mostrando como as iluminações estão mudando.

2.8.6.3. Os LEDs são ótimos por não esquentarem nem emitirem raios UV, tendo uma boa cor. Eles ligam na hora e duram muito, aparecendo como uma opção melhor que outras lâmpadas. Assim, os LEDs estão renovando como iluminamos nossos espaços, fazendo avançar a tecnologia de luminosidade de forma sustentável.

#### 2.9. **DO ENQUADRAMENTO COMO SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA - CONFORME NOTA TÉCNICA IBR 001/2021 - IBRAOP - Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas**

##### 2.9.1. Definição de **serviço de engenharia**:

*XXI – serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:*

- a) serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;*
- b) serviço especial de engenharia: aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição constante da alínea “a” deste inciso; (art. 6º, inciso XXI)*

##### 2.9.2. Da definição de **obras comuns de engenharia**:

2.9.2.1. Para o adequado enquadramento, impõe-se a necessidade de a Administração Pública, fundamentar tecnicamente a decisão de definição de obra ou serviço de engenharia como **comum**.

2.9.2.2. A omissão dos Administradores em dotar os processos licitatórios da regular motivação dos atos administrativos pode ensejar a penalização dos responsáveis, pois configura grave infração à norma legal e regulamentar, conforme tipificado no art. 58, inciso II, da Lei nº 8.443/1992 (obras com recursos federais).

2.9.2.3. Aplicando uma analogia com as definições de **serviço comum de engenharia** e de **serviço especial de engenharia**, é possível concluir o entendimento de que obra comum de engenharia é aquela na qual (i) a mão de obra, os equipamentos e os materiais utilizados são padronizáveis e (ii) amplamente disponíveis no mercado, (iii) os métodos construtivos têm responsabilidade técnica assumida por arquiteto, engenheiro ou técnico com registro no conselho profissional (que atenda aos requisitos previsto no edital), bem como (iv) os objetos contratados são de conhecimento geral e possuem muitas características técnicas de fácil descrição e compreensão, inclusive por parte do executor da obra, o operário da construção civil.

2.9.2.4. As **obras comuns** de engenharia são, portanto, aquelas obras (i) corriqueiras, (ii) de baixa complexidade técnica, (iii) e de menor risco de engenharia, (iv) quase sempre de pequeno e médio portes, para as quais (v) não exista qualquer dificuldade para se estabelecer as especificações técnicas, os memoriais descritivos dos serviços e os respectivos padrões de qualidade desejados pela Administração. São aquelas cujos materiais, equipamentos e métodos construtivos sejam (vi) usuais e para as quais (vii) exista grande número de fornecedores e de executores (empresas e profissionais) no mercado local ou regional (que é aquele mercado que costuma suprir a demanda no caso de obras de pequeno e médio portes).

2.9.2.5. Nas **obras comuns**, os padrões de desempenho e qualidade devem ser objetivamente definidos em edital, por meio de especificações usuais no mercado, assim como os serviços são executados segundo protocolos, métodos e técnicas conhecidos e determinados em normas expedidas pelas entidades regulamentadoras. Nelas, a qualidade do trabalho é atestada por meio do confronto com normas técnicas e profissionais pré-estabelecidas e, embora possa haver variações metodológicas, estas não são determinantes para a obtenção do resultado desejado pela Administração.

2.9.2.6. Também nas **obras comuns**, se o estudo técnico preliminar indicar, o objeto poderá ser definido apenas em projeto básico, sendo dispensada a elaboração de projeto executivo (arts. 18, §3º c/c o art. 46, §1º), mas apenas nos casos excepcionais em que fique demonstrada a inexistência de quaisquer prejuízos para aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, o que é muito raro. O que significa dizer que a ausência de desenhos detalhados também não prejudicará, de modo algum, a execução da obra, pelos operários e engenheiros/arquitetos responsáveis, exatamente conforme estabelecido pelo projeto básico.

2.9.2.7. O fato de a obra ou serviço de engenharia exigir projetos com cálculos e dimensionamentos não afasta a sua possível classificação como **comum**, pois todas exigem algum tipo de cálculo, mas desde que as soluções de engenharia, que condicionam a escolha dos métodos de projeto e de execução, sejam amplamente difundidos dentre os potenciais construtores ou prestadores de serviços de engenharia.

2.9.2.8. Assim, as **obras comuns de engenharia** seriam aquelas (i) com baixo grau de complexidade técnica, (ii) executadas corriqueiramente pela administração, (iii) que contam com especificações e métodos usuais no mercado, e para as quais (iv) existem diversas empresas aptas a se habilitarem no certame, razão pela qual foram consideradas, na Lei nº 14.133/2021, em conjunto com os **serviços comuns de engenharia**.



2.9.2.9. Os serviços a serem executados seguem padrões de desempenho usuais de mercado?

Pois bem, apesar da clara padronização dos serviços a implantação de rede de iluminação de via **NÃO se enquadra no rol de serviços comuns de engenharia** elencados na NOTA TÉCNICA IBR 001/2021 do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (Ibraop).

- **Artigos da Lei 14.133/2021:** Artigos 27 e 28 indicam que o pregão eletrônico não é a modalidade adequada para obras de engenharia.
- **Acórdãos do TCU:** Acórdãos como 0511/2019 e 0254/2020 reforçam essa posição.

## 2.10. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

Nos termos do Art. 16 da Lei nº 14.133/2021, poderão participar da licitação profissionais organizados sob a forma de cooperativa, desde que:

I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV - o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução está presente no Estudo Técnico Preliminar 11 (0061324267), Projeto Elétrico - Memorial Descritivo (0057608336), Projeto Projeto de Blocos e estacas (0056642096), Projeto Elétrico - Prancha (0057608795) e Projeto Elétrico - Lista de Material (0057608875), anexos ao presente processo e posteriormente ao Edital, no qual foi definido como solução a Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra para ILUMINAÇÃO DA RODOVIA RO 010 - TRECHO ENTRE A PONTE SOBRE O RIO PIMENTA BUENO E A LINHA MARTA REGINA.

3.2. Durante o ciclo de vida do objeto as manutenções e custeio serão feitas pelo Estado de Rondônia - CNPJ nº. 00.394.585/0001-71.

3.3. Quanto ao parcelamento da solução, segue o constante no item 6 do Estudo Técnico Preliminar:

A licitação será realizada com um único item, abrangendo os serviços descritos no Projeto Básico e Orçamento.

Trata-se da contratação de execução de obra de infraestrutura, cuja natureza é de serviços indivisíveis, coordenados e, por vezes, interdependentes.

Não se justifica a divisão em lotes por se tratar de serviços cujas dificuldades técnicas de execução são interligadas e complementares. Portanto, a contratação em um único objeto, gera maior potencial de ganho de economia de escala, facilitando, ainda, o gerenciamento, a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços. Além de outras vantagens, como: Ganhos de produtividade com encadeamento das atividades; Otimização da gestão do conhecimento e de informações geradas pela obra; Possibilidade de ganhos, tendo em vista a redução do tempo gasto na transmissão do conhecimento e/ou informações geradas pela obra; Mitigação dos riscos de descontinuidade da contratação. O parcelamento poderia resultar no fracasso de alguns itens e sucesso de outros, o que comprometeria sobremaneira a sequência de execução dos serviços, podendo ainda, resultar em prejuízo ao erário, na hipótese de inutilização de uma das etapas da licitação.

Desta forma, os serviços deverão ser contratados e executados de forma integrada, sequencial e devidamente encadeado.

Assim, haverá uma única empresa, ou consórcio especializada em serviços de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra para ILUMINAÇÃO DA RODOVIA RO 010 - TRECHO ENTRE A PONTE SOBRE O RIO PIMENTA BUENO E A LINHA MARTA REGINA

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 4.1. Vistoria

4.1.1. É imprescindível o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, a avaliação prévia do local de execução, a necessidade de o licitante atestar que conhece o local e as condições de realização da obra ou serviço, sob pena de inabilitação (Lei 14.33; Art. 63; § 2º).

4.1.2. É recomendado a licitante vistoriar o local in loco antes da elaboração da proposta para conferir as medidas e condições para execução dos serviços, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes, mediante prévio agendamento de horário junto à SEOSP/CPO.

4.1.3. É recomendada o licitante verificar in loco se todas as condições atuais da obra correspondem ao prescrito pelo projeto, incluindo as condições de licenciamento, qualidade e quantidade do material de jazidas indicadas no projeto. A não impugnação desses itens no prazo editalício implicará aceitação tácita do licitante, pois ela pode ter que arcar com o custo do aumento da Distância Média de Transporte para busca do material por qualquer motivo.

4.1.4. Em caso de impugnação de jazida e de pedreiras com DMT indicadas em projeto, caberá a licitante demonstrar através de estudos específicos.

4.1.5. A licitante deverá ter pleno conhecimento do anteprojeto prescrito para execução da obra. O licitante suportará os encargos e custos decorrentes da alteração de prazo e das alterações e ou adequação no escopo do projeto em pauta.

4.1.6. Quaisquer informações quanto às visitas poderão ser obtidas junto a SEOSP-CPO, Coordenadoria de Projetos e Orçamento, localizada à Av. Farquar, nº. 2986, Edifício Rio Jamari - 3º. andar - Bairro Pedrinhas, Porto Velho - RO.

4.1.7. Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existente como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência desta contratação.

4.1.8. Será de responsabilidade da CONTRATADA a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação das instalações, com vistas a proteger o interesse da Contratante na fase de execução da obra.

4.1.9. Caso a licitante não queira efetuar a visita deverá apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, e sobre o local da obra, assumindo total responsabilidade por esta declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira.

4.1.10. Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existente como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência desta contratação.

4.1.11. Será de responsabilidade da CONTRATADA a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação das instalações, com vistas a proteger o interesse da Contratante na fase de execução da obra.

#### **4.2. Sustentabilidade**

4.2.1. A CONTRATADA deverá observar e atender os planos, programas e as condicionantes impostas no Licenciamento Ambiental, sendo o responsável por qualquer omissão do não atendimento quanto as questões ambientais.

4.2.2. A empresa contratada deverá utilizar na execução da obra as boas práticas de sustentabilidade ambiental, respeitando-se os critérios de sustentabilidade ambiental indicados abaixo:

4.2.2.1. Uso produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações da ANVISA.

4.2.2.2. Adoção de práticas que evitem desperdícios de água potável.

4.2.2.3. Implementação de um programa de treinamento de seus empregados visando o uso racional de consumo de energia elétrica e água, bem como redução de resíduos sólidos.

4.2.2.4. Classificação e destinação adequada dos resíduos recicláveis produzidos durante a execução dos serviços. Especificamente para papéis e latas de alumínio deve-se contatar as Associações e/ou Cooperativas locais de catadores de materiais recicláveis.

4.2.2.5. Práticas de redução de consumo de papel, utilizando o padrão frente-verso na impressão de relatórios e outros documentos, bem como utilize a fonte ecológica recomendada pela Advocacia Geral de União, disponível no endereço eletrônico: [www.agu.gov.br/econfont](http://www.agu.gov.br/econfont).

4.2.2.6. Adoção de uso preferencialmente de papel não clorado na impressão de documentos e relatórios.

4.2.2.7. Adoção de práticas de substituição de copos descartáveis por copos definitivos.

4.2.2.8. Adoção de prática de destinação final das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo a Resolução CONAMA N° 257/1999.

4.2.2.9. Atendimento aos padrões indicados pela Resolução CONAMA N° 20/1994 quando da aquisição e utilização de equipamentos de limpeza que gerem ruídos em seu funcionamento.

4.2.2.10. Adoção e promoção de medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, além de fornecimento de equipamentos de proteção individuais – EPI's necessários, tais como óculos, luvas, aventais, máscaras, calçados apropriados, protetores auriculares, etc., fiscalizando e zelando para que os mesmos cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de suas integridades físicas.

4.2.2.11. Consideração nas pesquisas de preços para aquisições e serviços contemplados no escopo da contratação empresas que tenham certificação ambiental.

4.2.2.12. Estímulo à troca de informações entre as equipes envolvidas por meio de ferramentas digitais e/ou virtuais.

4.2.2.13. Atendimento as Instruções de Serviços do DNIT, principalmente a Instrução de Serviço n° 03/2011, de 04 de fevereiro de 2011, publicada no Boletim Administrativo n° 006 de 07 a 11/02/11 que trata da Responsabilidade Ambiental das Contratadas – RAC.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

5.1. A presente contratação adotará como regime de execução e contratação EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO com julgamento por MAIOR DESCONTO e adoção da sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, conforme orienta a Nova Lei de Licitações n° 14.133, de 1° de abril de 2021, a justificativa pela escolha do regime de execução e critério de julgamento encontra-se no item 2.4 e 2.6 deste PB.

5.2. Fica estabelecido que os projetos, especificações e toda a documentação relativa à obra são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe mencionado em um documento e descrito em outro será considerado especificado e válido.

5.3. A execução do objeto deve ser realizada conforme as instruções e especificações contidas no edital e anexos, observando o disposto nas Normas Técnicas Brasileiras da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, nas normas e disposições dos Conselhos de Classe, bem como nas legislações, regulamentações e instruções vigentes que se apliquem aos itens que compõem o objeto da contratação.

5.4. O projeto básico completo encontra-se disponibilizado e anexo a este PROJETO BÁSICO para consulta dos interessados, não podendo a contratada alegar, posteriormente, desconhecimento do mesmo, ou falha que impossibilite a execução contratual.

5.5. A execução do serviço não gerará vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

#### **5.6. Condições de execução:**

a) CONTRATADA responsabilizar-se-á integralmente por todo o serviço executado, inclusive na eventualidade de haver a necessidade de retrabalhos, em especial quando daqueles não aceitos pela fiscalização.

b) A empresa CONTRATADA deve possuir em seu quadro de funcionários responsável técnico habilitado em seu respectivo conselho de classe para exercer tal função. Além disso, deverá disponibilizar preposto para a obra a ser executada, aceito pela Administração, o qual poderá acumular essa função com a de responsável técnico, a critério da Contratada.

c) A CONTRATADA deverá analisar os documentos referentes ao objeto licitado, identificando as principais funções envolvidas na gestão de projetos e suas relações de autoridade (matriz de responsabilidades).

d) A CONTRATADA deverá ter domínio sobre os serviços que serão executados por ela.

e) A CONTRATADA deverá ter ciência sobre as características locais, principalmente quanto ao período de chuva na região, portanto, não será aceita alegação de atraso na execução da obra devido às chuvas nem devido a condições topográficas ou geológicas.

f) A CONTRATADA deverá manter os locais onde forem realizados os serviços sinalizados e isolados do público por placas, faixas, fitas, tapume, telas, etc., com o fim de evitar riscos de acidentes aos usuários locais e ao pessoal da empresa.

g) A empresa contratada deverá instalar e manter no canteiro de obras, e sem ônus adicionais para a CONTRATANTE, um escritório com área compatível, além dos meios necessários ao exercício da fiscalização das medições dos serviços por parte da SEOSP.

- h) A empresa contratada deverá colocar e manter placas indicativas do empreendimento, de acordo com os modelos adotados pela SEOSP, as quais deverão ser afixadas em local apropriado, enquanto durar a execução dos serviços.
- i) A sinalização das obras deverá ser efetuada em estrita obediência às Normas de Segurança, com o emprego de cones e outros dispositivos refletivos para garantir segurança ao tráfego no período noturno.
- j) A empresa contratada deverá providenciar e responsabilizar-se pelos acessos provisórios a comerciantes e moradores da região, rotas alternativas, desvios de tráfego de veículos, passagens urbanas de pedestres e ciclistas, passagens de níveis, executando sinalização e dispositivos de proteção necessários, de forma a garantir a segurança dos usuários.
- k) Quando houver desníveis superiores a 5 cm junto ao bordo da pista em virtude de atividades de alargamento/terraplenagem, a sinalização refletiva deverá ser reforçada.
- l) As frentes de serviços deverão contar com sinalização de no mínimo 02 (dois) painéis de mensagem variáveis em cada sentido da via, a ser aprovado pela fiscalização da SEOSP.

5.7. Da mão de obra a ser empregada:

- a) A CONTRATADA deverá manter funcionários em quantidade suficiente para cada tarefa/atividade da obra, empregando sempre mão de obra qualificada para cada atividade. Para isso, a CONTRATANTE poderá a qualquer tempo, solicitar documento comprobatório de que o funcionário está habilitado e capacitado para manusear ou operar os equipamentos e/ou maquinários, bem como familiarizado com a execução da tarefa em questão.
- b) Todos os funcionários deverão estar devidamente uniformizados, identificados e utilizando equipamentos de segurança;
- c) A CONTRATADA deverá ser conhecedora e observar rigorosamente as orientações das Normas Regulamentadoras – NR's do Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho, em especial a NR 18 e NR 5.
- d) A empresa contratada deverá providenciar, sem ônus para a SEOSP, roupas adequadas aos serviços e outros dispositivos de segurança (EPIs) a seus empregados, adequados ao risco das atividades que estiverem sendo desenvolvidas, com Certificado de Aprovação, conforme estabelecido em normas vigentes, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes do trabalho ou de doenças profissionais e do trabalho, bem como os equipamentos, máquinas e materiais deverão estar de acordo com a legislação de segurança vigente, bem como a sinalização diurna e noturna nos níveis exigidos pelas normas vigentes.
- e) Em caso do descumprimento das normas de segurança do trabalho, a FISCALIZAÇÃO poderá notificar a CONTRATADA e, em caso de reincidências, aplicar as sanções previstas no edital.
- f) O canteiro de obras deverá ser devidamente preparado de acordo com as recomendações da NR18, levando-se em consideração o número máximo de funcionários por turno, de forma a garantir aos funcionários da CONTRATADA saúde, segurança e conforto.

5.8. Dos equipamentos e materiais a serem empregados:

- a) Toda mão de obra, máquinas, equipamentos, materiais e insumos deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, bem como o transporte e substituição desses itens, quando necessário, que ficará a cargo da CONTRATADA, além de que o controle e a guarda de todo material estocado no canteiro de obras é de inteira responsabilidade da CONTRATADA.
- b) Os equipamentos sempre deverão apresentar boa qualidade, revisados e com manutenções preventivas em dia, de forma a zelar pela integridade dos mesmos e garantir a segurança dos operadores e funcionários que estejam trabalhando no local de utilização.
- c) A CONTRATADA deverá sinalizar adequadamente, bem como promover o controle de acesso aos locais de manuseio e operação de equipamentos que possam causar acidentes.
- d) Caminhões e demais equipamentos que se locomovem no canteiro deverão ser dotados de aviso sonoro quando da operação em marcha ré, ou em qualquer tipo de movimento como plataformas elevatórias.
- e) Todo e qualquer tipo de equipamento/máquina somente poderá ser manuseado/operado por profissional devidamente habilitado e capacitado para tal. Para isso, a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar, a qualquer tempo, da CONTRATADA certificados que atestem a capacidade do operador para o equipamento em questão.
- f) Em caso da não observância pela revisão e manutenção dos equipamentos e maquinários, inclusive em caso de operação destes por funcionário não habilitado e capacitado, a FISCALIZAÇÃO poderá notificar a CONTRATADA e, em caso de reincidências, aplicar as sanções previstas no contrato.
- g) Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser novos, comprovadamente de primeira qualidade e, estarem de acordo com as especificações, devendo ser submetidos à aprovação da FISCALIZAÇÃO, com exceção de eventuais serviços de remanejamento onde estiver explícito o reaproveitamento.
- h) A CONTRATADA deverá submeter à FISCALIZAÇÃO, amostras de todos os materiais a serem empregados nos serviços antes de executá-los. Se julgar necessário, a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de informação por escrito dos locais de origem dos materiais ou de certificados de ensaios relativos aos mesmos.
- i) Todo e qualquer material a ser empregado deverá ser comprovadamente de boa procedência de fabricante e de mercado. Os materiais deverão estar de acordo com as recomendações das normas da ABNT e/ou acreditado pelo INMETRO, quando for o caso, ou outro órgão certificador de qualidade.
- j) A CONTRATADA deverá ter procedimento de aferição quanto ao atendimento de conformidade dos materiais, de forma a rejeitar os materiais e equipamentos que forem fornecidos fora da especificação técnica.

5.9. Do diário de obras:

- a) Caberá à CONTRATADA o fornecimento e manutenção de "Diário de Obras", devidamente numerado e rubricado pela FISCALIZAÇÃO e pela CONTRATADA diariamente, que permanecerá disponível para escrituração no local da obra e terá as seguintes características:

I. Será único, com páginas numeradas tipograficamente, em 02 vias, sendo a primeira da CONTRATANTE e a segunda

da CONTRATADA;

II. Todas as folhas do Diário de Obras deverão ser assinadas por um representante da FISCALIZAÇÃO e do RESPONSÁVEL TÉCNICO da CONTRATADA, no máximo, um dia após a referida data de entrada de dados.

III. Deverá, a qualquer tempo, permitir a reconstituição dos fatos relevantes ocorridos na obra e que tenham influenciado de alguma forma seu andamento ou execução, contendo, no mínimo, os seguintes campos: nome da contratada, nome do contratante, data, prazo contratual, prazo decorrido, prazo restante, condições do tempo, máquinas e equipamentos, número e categoria de empregados, campo de ocorrências, campo para assinaturas do CONTRATADO e do CONTRATANTE.

3. Deverá, a qualquer tempo, permitir a reconstituição dos fatos relevantes ocorridos na obra e que tenham influenciado de alguma forma seu andamento ou execução, contendo, no mínimo, os seguintes campos: nome da contratada, nome do contratante, data, prazo contratual, prazo decorrido, prazo restante, condições do tempo, máquinas e equipamentos, número e categoria de empregados, campo de ocorrências, campo para assinaturas do CONTRATADO e do CONTRATANTE.

b) Serão obrigatoriamente registrados no "Diário de Obras", pela CONTRATADA:

I. Falhas nos serviços de terceiros não sujeitos à sua ingerência;

II. Consultas à FISCALIZAÇÃO;

III. Datas de conclusão de etapas caracterizadas, de acordo com o cronograma aprovado;

IV. Acidentes ocorridos no decurso dos trabalhos;

V. Respostas às interpelações da FISCALIZAÇÃO;

VI. Eventual escassez de material que resulte em dificuldade para a obra ou serviço;

VII. Outros fatos que, a juízo da CONTRATADA, devem ser objeto de registro

c) Será objeto de registro no "Diário de Obras" pela FISCALIZAÇÃO:

I. Observações cabíveis a propósito dos lançamentos da CONTRATADA no "Diário de Obras";

II. Observações sobre o andamento da obra ou serviço, tendo em vista as especificações, prazos e cronogramas;

III. Soluções às consultas, lançadas ou formuladas pela CONTRATADA, com correspondência simultânea para autoridade superior, quando for o caso;

IV. Restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho da CONTRATADA, seus prepostos e sua equipe;

V. Determinação de providências para o cumprimento do objeto e especificações;

VI. Outros fatos que, a juízo da FISCALIZAÇÃO, devem ser objeto de registro.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. O prazo legal para assinatura de contrato, conforme a Lei nº 14.133/2021, é de 5 (cinco) dias úteis a partir da convocação do licitante vencedor, sendo improrrogável.

6.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.7. O prazo máximo para a assinatura da Ordem de serviços será de 5 (cinco) dias úteis contados da convocação

6.8. A fiscalização da obra e monitoramento deverá ser executada com a adoção da plataforma BIM.

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração

6.10.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados

6.10.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção

6.10.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso

6.10.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato

6.10.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual

6.10.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

6.11. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário

6.11.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência

6.12. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração

6.12.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais

6.12.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações

6.12.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso

6.13. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. As medições dos serviços executados serão efetivadas preferencialmente no final de cada período mensal, tomando-se como final do período o último dia de cada mês.

7.2. A primeira medição poderá ser realizada após a expedição da Ordem de Serviço no final do mês em curso, e a última medição, após a conclusão dos serviços, independente do período mensal.

7.3. As medições mensais dos serviços executados serão efetivadas por Engenheiro(s) Fiscal(is), designado(s) pelo Secretário de Estado de Obras e Serviços Públicos - SEOSP.

7.4. Entre duas medições não poderá decorrer menos de 30 (trinta) dias, exceto para a primeira medição e a última medição (Medição Final).

7.5. A medição final, bem como o Termo de Recebimento dos serviços serão elaborados por Comissão de Engenheiros designada pelo Secretário de Estado de Obras e Serviços Públicos - SEOSP quando concluídos todos os serviços.

7.6. As medições acompanhadas de cronograma físico-financeiro devidamente atualizados, deverão ser encaminhadas pelo Eng.º Fiscal à Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos - SEOSP;

7.7. No processo de medição deverá constar a real alíquota de ISSQN adotada pelo respectivo Município.

7.8. Nos meses em que não forem realizadas medições na obra, e não existindo ordem de paralisação da obra por parte da Administração, deverá ser lançada medição igual a “zero” no controle e acompanhamento financeiro do contrato, com expresso e formal registro de justificativa para aquela situação, como também deverá ser atualizado o cronograma físico financeiro, o qual deverá vir acompanhado de cópia do “Diário de Registro de Obra” e “Relatório Fotográfico”, que demonstrem o acompanhamento da obra por parte dos fiscais da SEOSP.

7.9. A medição igual a “zero”, sem justificativa apresentada e aceita pela SEOSP, caracterizará abandono ou inexecução da obra e contrato, ensejando a adoção das medidas cabíveis de responsabilização da Contratada, previstos neste Edital e no Contrato.

7.10. A planilha de medição será elaborada conforme planilha de preços contratada, inclusive seguindo o mesmo padrão de unidades, medindo somente os serviços efetivamente executados.

7.11. As medições deverão conter planilha dos serviços executados, cronograma físico-financeiro atualizado, cópia do diário de obras, e relatório fotográfico comprovando a evolução dos serviços no período.

7.12. Toda medição, ao final, deverá conter a anuência da Contratada, mediante assinatura do Responsável Técnico e do representante Legal da Contratada.

7.13. Depois de fechada a Planilha de Medição, a Contratada apresentará a Nota Fiscal à SEOSP, a qual será encaminhada ao fiscal do contrato, a quem caberá atestar a regular realização dos serviços, encaminhando o documento para as providências relativas ao pagamento.

7.14. A Nota Fiscal deverá ser encaminhada para pagamento acompanhada da Planilha de Medição e demais documentos e certidões de regularidade fiscal (federal, estadual e municipal) exigidos por Lei.

7.15. Por conveniência e critério da SEOSP, em atendimento ao interesse público, o prazo de medição poderá ser alterado para mais ou para menos, conforme o desenvolvimento dos serviços a serem medidos.

## **8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO CONTRATADO**

8.1. O modo de disputa será ABERTO, de acordo com as disposições da Lei 14.133/2021, visto que o critério de julgamento será o de MAIOR DESCONTO.

8.2. Será admitida a participação de consórcios nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/21, para possibilitar o reforço da capacidade técnica e financeira do licitante, proporcionando maior disponibilidade de equipamento e pessoal especializado. O consórcio ainda enseja a participação de maior número de empresas, possibilitando o aumento na competitividade.

8.3. Será permitida a participação de empresas estrangeiras, cuja permissão está devidamente amparada na legislação pátria, e

fundamenta-se na possibilidade de elastecer a oferta para a Administração Pública com aumento da quantidade de licitantes. Por consequência, possibilitará a formalização de contratos mais vantajosos, com melhores preços e melhores técnicas, trazendo à Contratante economia e obras de maior qualidade.

8.4. Para as atividades que não constituam o escopo principal do objeto será permitida a subcontratação, até o limite de 30% do valor contratado. A subcontratação se justifica por se tratar de uma obra que contempla serviços complementares às atividades de implantação e ILUMINAÇÃO. A subcontratação também pode trazer celeridade na execução, diminuindo transtornos à população, devendo ser cumpridas as exigências contidas no §3º. do Art. 122 da Lei 14.133/2021:

8.4.1. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

8.4.2. Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

8.5. Exclusividade/Benefício ME – Micro Empresa/EPP – Empresa de Pequeno Porte (Art. 48, Lei complementar 123/2006): Não aplicável. A participação de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte não se enquadra ao objeto deste Projeto, considerando seu valor, e por não se tratar da aquisição de serviços divisíveis. Tal ação poderia comprometer o pleno andamento da obra, uma vez que várias ações devem ser coordenadas para que se tenha um resultado satisfatório.

#### 8.6. Proposta de preços:

8.6.1. Na elaboração das propostas de preços é necessário que os licitantes apresentem os valores unitários e global no mês-base do orçamento – **DEZEMBRO /2024**, em moeda corrente nacional, incluindo todas as despesas diretas e indiretas necessárias à plena Execução da Obra objeto da licitação, atendendo aos seguintes itens: Quadro Resumo de Preços, Planilha de Preços Unitários por Item de Serviço, Composições de Preços Unitários e Cronograma Físico-Financeiro.

8.6.2. O valor estimado para a contratação foi calculado utilizando-se a metodologia do da tabela SINAPI bem como da Tabela da SBC.

8.6.3. As empresas participantes deverão apresentar as propostas de preços com a composição do percentual de Benefício e Despesas Indiretas – BDI, incidente no valor global.

8.6.4. No orçamento de referência da SEOSP foram consideradas as seguintes taxas de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI):

8.6.4.1. BDI GERAL: 24,20%

8.6.5. Na composição das taxas de Bonificação e Despesas Indiretas – BDI, não deverão ser apropriados os percentuais de IRPJ e CSLL, consoante Acórdão 325/2007 – TCU/Plenário.

8.6.6. O orçamento de referência da SEOSP foi elaborado com as alíquotas de PIS e COFINS de 0,65% e 3,00%, respectivamente, admitindo-se o Regime Tributário do LUCRO PRESUMIDO.

8.6.7. É necessário que o licitante apresente também o Cronograma Físico-Financeiro na forma do que é apresentado juntamente com projeto básico, podendo ser alterado mediante aprovação da SEOSP. Os pagamentos dos serviços obedecerão ao Cronograma Físico-Financeiro aprovado decorrente do projeto básico.

8.6.8. A proposta, que compreende a descrição do material e/ou serviços ofertados pelo licitante, preço unitário e preço total, deverá ser compatível com as especificações constantes neste PROJETO BÁSICO, Projeto Básico de Engenharia e seus anexos.

8.6.9. Prazo de validade e garantia da proposta de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua assinatura.

8.6.10. A planilha orçamentária constante da proposta a ser apresentada deverá ser elaborada de acordo com a apresentada no Projeto Básico de Engenharia.

#### 8.7. Habilitação

##### 8.7.1. Habilitação jurídica □

8.7.1.1. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, (e suas posteriores alterações ou última consolidada), devidamente registro na Junta Comercial competente, em se tratando de Sociedades Empresariais, não Empresariais. No caso de Sociedades por Ações, além dos Estatutos Sociais, deverá ser apresentados os documentos de eleição de seus administradores;

8.7.1.2. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.7.1.3. Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores;

8.7.1.4. Declaração expressa de que, caso logre êxito na licitação, contratará pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto e/ou egressas do sistema prisional para a prestação dos serviços pactuados com a Administração, conforme proporções dispostas no parágrafo único do art. 1º da Lei Estadual nº 2.134, de 23 de julho 2009; b) declaração emitida pelo (s) órgão (s) responsável (eis) pela execução penal no (s) Estado (s), onde os serviços serão prestados quanto à disponibilidade de pessoas privadas de liberdade e/ou egressas do sistema prisional aptas para a execução dos serviços, objeto da licitação; Caso não haja disponibilidade de pessoas em privação de liberdade ou egressas do sistema prisional, aptas para a prestação dos serviços licitados, a licitante deverá apresentar declaração emitida pelo (s) órgão (s) responsável (eis) pela execução penal no (s) Estado (s) onde os serviços serão prestados, indicando essa condição.

8.7.1.5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

##### 8.7.2. Qualificação econômico financeira □

8.7.2.1. Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor Judicial da sede do Licitante, com antecedência máxima de até 60 (sessenta) dias corridos, contados da data prevista para a abertura da licitação.

8.7.2.2. Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado na Junta Comercial do Estado, para que o Presidente possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídas há mais de um ano) ou Capital Social (licitantes constituídas há menos de um ano), de 10% (dez por cento) do valor estimado do item que o licitante estiver participando. (§4º. art. 69 Lei Federal 14.133/2021). Comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
---

$$LG = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Total}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

I - Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

II - Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

III - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

IV - Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

V - O atendimento dos índices econômicos previstos neste Projeto Básico deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

VI - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.7.2.3. Em se tratando de Consórcio, fica estabelecido um acréscimo de 20% (trinta por cento) dos valores exigidos para a Licitante individual, admitindo-se, porém, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, assim sendo para o licitante sob a forma de consórcio o percentual de que trata o item anterior a ser aferido será de 12% (10% + 20% de 10%) nos termos do art. 15, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

8.7.2.4. Compromisso de constituição do Consórcio, se for o caso;

#### 8.7.3. REGULARIDADE FISCAL ☐

8.7.3.1. Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.7.3.2. Certidão de regularidade de tributos federais perante a fazenda nacional Portaria Conjunta da RFB/PGFN Nº 358 de 05/08/2014 (podendo ser positiva com efeito negativo)

8.7.3.3. Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

8.7.3.4. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto. O licitante deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.7.3.5. Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

8.7.3.6. Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

#### 8.7.4. REGULARIZAÇÃO TRABALHISTA ☐

8.7.4.1. **Certidão de Regularidade de Débito – CNDT**, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

8.7.4.2. Declaração de cumprimento do Inciso XXXIII do Artigo 7 da Constituição Federal de 1988 quanto à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

#### 8.7.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.7.5.1. Os serviços de engenharia para avaliação técnica-operacional e técnica-profissional descritos abaixo foram definidos, conforme segue:

8.7.5.2. **Capacidade Operacional - A licitante (pessoa jurídica)** deve ter experiência na execução de serviços de mesmo caráter e de igual complexidade ou superior aos previstos no projeto, que comprove a parcela relevante do objeto, conforme anotação em acervo técnico e atestado de boa execução, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução dos serviços descritos no quadro abaixo:

8.7.5.2.1. Memória de cálculo dos serviços relevantes, considerando os serviços com representatividade superior a 4%:

Item	Descrição	Und.	Qdt.	Total	(%) Unitário	Classificação
1	POSTE DE AÇO CONICO CONTÍNUO CURVO SIMPLES, FLANGEADO, H=9M, SEM LUMINÁRIA E LÂMPADA - FORNECIMENTO E INSTALACAO. AF_11/2019	UN	100,0	327.952,00	23,70	A
2	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	11.428,5	245.027,04	17,71	A
5	ESTACA BROCA DE CONCRETO, DIÂMETRO DE 30CM, ESCAVAÇÃO MANUAL COM TRADO CONCHA, INTEIRAMENTE ARMADA. AF_05/2020_PA	M	321,0	80.413,71	5,81	A



a) Para fins de quantitativos foram considerados os serviços mais relevantes conforme Curva ABC das atividades destacadas no quadro acima, devendo ser demonstrado pelo licitante:

QUADRO FINAL DE COMPROVAÇÃO CAPACIDADE OPERACIONAL (DA LICITANTE PESSOA JURÍDICA)			
Item	Descrição	Und.	QUANT. MÍNIMA
1	Fornecimento e instalação de POSTE (altura 9m ou superior)	UN	50
2	Fornecimento e instalação de CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10 MM² ou superior	M	5.500,00
5	ESTACA BROCA DE CONCRETO, DIÂMETRO DE 30CM OU SUPERIOR, INTEIRAMENTE ARMADA	M	160,00

8.7.5.3. Capacidade Profissional - os Responsáveis Técnicos devem ter experiência na execução de serviços de mesmo caráter e de igual complexidade ou superior aos previstos no projeto, que comprove a parcela relevante do objeto, conforme anotação em acervo técnico e atestado de boa execução emitido por pessoa jurídica e registrado no CREA. Cada Responsável Técnico só poderá representar uma única empresa, sob pena de inabilitação das Licitantes.

QUADRO FINAL DE COMPROVAÇÃO CAPACIDADE PROFISSIONAL (DO RESPONSÁVEL TÉCNICO)		
Item	Descrição	Und.
1	Fornecimento e instalação de POSTE (altura 9m ou superior)	UN
2	Fornecimento e instalação de CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10 MM² ou superior	M
5	ESTACA BROCA DE CONCRETO, DIÂMETRO DE 30CM ou superior, INTEIRAMENTE ARMADA	M

8.7.6. Certidão Comprobatória de Inscrição ou Registro e Regularidade da Licitante e dos seus Responsáveis Técnicos no CREA e/ou CAU, da região a que estiver vinculada, que comprove o exercício da atividade relacionada com o objeto da licitação.

8.7.7. Relação dos Equipamentos Mínimos - considerados essenciais para a execução do objeto a ser licitado, de acordo com o Projeto Básico.

8.7.8. Relação de Equipe Mínima - considerados essenciais para a execução do objeto a ser licitado, dentro do cronograma estabelecido e de acordo com o Projeto Básico

8.7.9. Declaração Formal de Disponibilidade dos Equipamentos - a ser emitida pela licitante, de que os equipamentos necessários para execução dos serviços de que trata o objeto desta licitação estarão disponíveis e em perfeitas condições de uso quando da contratação.

8.7.10. Relação dos Serviços Executados por Profissionais de Nível Superior vinculados ao quadro permanente da empresa e constante do seu Registro/Certidão de inscrição no CREA ou Conselho Profissional competente, em nome do profissional, como Responsável Técnico, comprovados mediante atestados e/ou certidões de capacidade técnica por execução de serviços compatíveis ao objeto da licitação.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. Orçamento estimado: R\$ 1.391.628,10 (um milhão, trezentos e noventa e um mil seiscentos e vinte e oito reais e dez centavos).

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Conforme Declaração de Adequação Financeira 0065150271:

Processo n.º	Cód. U.O.	Unidade Gestora	
0069.003957/2024-07	27001	Gerência de Planejamento e Orçamento	
Programa de Trabalho	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	Valor R\$
27.001.15.451.2183.1638	1.500.000001	44.90.51	1.391.628,10
Total da Despesa			1.391.628,10
Discriminação da Despesa			
Despesa objetivando contratação de empresa especializada em serviços de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra para ILUMINAÇÃO DA RODOVIA RO 010 - TRECHO ENTRE A PONTE SOBRE O RIO PIMENTA BUENO E A LINHA MARTA REGINA.			

10.2. Do Plano de Contratação Anual:

10.2.1. O objeto em questão se encontra previsto no PCA conforme Processo nº 0069.003894/2024-81.

## **11. LOCAL, RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO**

- 11.1. O local de execução se dará no endereço da obra, cujo local é citado na descrição do objeto.
- 11.2. Quando a obra e os serviços contratados forem concluídos, caberá à Contratada comunicar, por escrito e mediante protocolo, tal fato à SEOSP.
- 11.3. Quanto ao recebimento da obra, será realizado pelo fiscal do contrato ou Comissão de Recebimento, e se dará da seguinte forma:
- a) provisoriamente, após a conclusão dos serviços, e mediante realização de vistoria para efeito de posterior verificação da conformidade dos serviços com a especificação contratual;
  - b) definitivamente, mediante nova vistoria e relatório circunstanciado, após as correções e complementações, comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais, e apresentadas as respectivas documentações exigidas no Contrato.
- 11.4. Constatados defeitos ou inconsistências nos produtos, obras ou serviços, compete à fiscalização rejeitá-los no todo ou em parte, conforme o caso, reduzir a termo o ocorrido e notificar o contratado para saneamento e/ou substituição, no prazo estabelecido no instrumento contratual (Art. 117 e Art. 119 Lei Federal nº 14.133/2021).
- 11.5. Não sendo sanadas as irregularidades pelo contratado, deverá o fiscal do contrato encaminhar o caso à autoridade superior, para procedimentos inerentes à aplicação de penalidades.
- 11.6. Após a vistoria, a fiscalização comunicará oficialmente o contratado, indicando as correções e complementações consideradas necessárias ao recebimento definitivo, e estabelecendo o prazo para a execução
- 11.7. Havendo necessidade premente do serviço ou da aquisição, poderá o fiscal do contrato receber provisoriamente o objeto contratual realizado parcialmente, sem prejuízo de eventual glosa quando do recebimento definitivo.
- 11.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## **12. GARANTIA DO OBJETO**

- 12.1. As garantias relativas ao presente objeto deverão ser prestadas dentro do prazo de 1 (um) mês contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.
- 12.2. A contratação conta com a garantia de execução, nos moldes do Art.96 da Lei 14.133, de 2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.
- 12.3. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:
- 12.4. O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante à Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras nas contratações regidas pela Lei 14.133:
- I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
  - II - seguro-garantia;
  - III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
  - IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. [\(Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023\)](#)
- 12.5. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 12.6. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 12.7. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 12.9 deste documento.
- 12.8. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 12.9. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 12.9.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
  - 12.9.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
  - 12.9.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.
- 12.10. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 12.10, observada a legislação que rege a matéria.
- 12.11. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica a ser indicada formalmente mediante consulta do licitante à Coordenadoria Administrativa e Financeira - Gerência de Contabilidade - SEOSP;
- 12.12. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente
- 12.13. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 12.14. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 12.15. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

12.16. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

12.16.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.16.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022

12.17. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

12.18. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente

12.19. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

12.20. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Projeto Básico, no Edital e no Contrato

12.21. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020

12.22. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar como Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.23. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis

12.24. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Projeto Básico

12.25. A garantia será de até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

12.26. Tal percentual se justifica em razão do objeto, bem como, dos riscos envolvidos. Pois, de acordo com o o disposto no Acórdão 1079/2019 – TCU – Plenário, 37,5% das obras auditadas em 2019 estavam paralisadas, quantitativo esse absolutamente desproporcional.

#### 12.27. **Da garantia adicional**

12.27.1. Se o preço apresentado pelo licitante vencedor estiver abaixo de 85% do valor orçado pela Administração, a empresa deverá apresentar uma garantia adicional.

12.27.2. Será exigida a garantia adicional prevista na Lei nº 14.133/2021 em contratações de obras e serviços de engenharia quando a proposta do licitante vencedor for inferior a 85% do valor orçado pela Administração.

Art. 59

[...]

§ 5º Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei.

### 13. **FORMAS, CONDIÇÕES E PRAZO DE PAGAMENTO, BEM COMO CRITÉRIOS DE REAJUSTE**

13.1. A sistemática de medição de pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro.

13.1.1. As solicitações de pagamento deverão ser formalizadas pelo contratado por meio de pedido subscrito pelo seu representante legal, indicando o número do contrato administrativo e os dados para pagamento, instruído com os seguintes documentos:

I - nota fiscal, fatura ou documento equivalente que ateste o cumprimento do objeto, indicando o valor e o período da prestação do serviço ou do fornecimento;

II - certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual;

III - certidão de regularidade previdenciária e trabalhista, além dos documentos comprobatórios do cumprimento das respectivas obrigações nos termos do art. 24 deste Decreto, nos casos de contrato de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva (ou predominante) de mão de obra;

IV - comprovante de cumprimento de obrigações previdenciárias, nos casos de contratos de obra;

V - medição realizada pela fiscalização do contrato, nos casos de obra e serviços de engenharia, e de contratos submetidos ao referido regime de pagamento por medição;

VI - comprovante de atingimento de metas e respectivo impacto percentual no caso de remuneração variável;

VII - comprovante de percentual de economia produzida, nos casos de contratos de eficiência

13.1.1.1. Os documentos apresentados deverão ser atestados pela fiscalização do contrato que emitirá parecer conclusivo sobre a viabilidade do pagamento diante do cumprimento do objeto e efetiva correspondência com o valor cobrado, devendo ser autuado processo administrativo no qual serão incluídos cópia do contrato e eventuais termos aditivos, cópia da nota de empenho e mapa de controle de execução contratual.

13.1.1.2. Atestado o cumprimento do objeto do contrato pela fiscalização e a correta instrução do processo, após autorização do ordenador, os autos deverão ser remetidos ao setor responsável pela liquidação da despesa e efetivação do pagamento.

13.1.1.3. Em caso de não cumprimento do inciso II, o contratado deverá ser instado a se manifestar sobre a possibilidade de compensação do crédito com o débito existente, caso em que os autos deverão ser remetidos ao órgão fazendário para as providências cabíveis, com prévia oitiva da Procuradoria-Geral do Estado em caso de débito inscrito em dívida ativa.

13.1.1.4. Em caso de não concordância com a compensação, imediatamente após o pagamento da contraprestação, os autos deverão ser remetidos à Procuradoria-Geral do Estado para adoção das providências cabíveis para recuperação do crédito estadual.

13.1.1.5. Em caso de não cumprimento dos incisos III e IV, o pagamento deverá ser retido até a regularização, observadas as diretrizes

fixadas Decreto nº 28.874/2024.

13.2. Os pagamentos serão efetuados após a aprovação dos relatórios mensais da cada etapa definida por meio de medição conforme ITEM 7 deste PROJETO BÁSICO (7 - MEDIÇÃO E PAGAMENTO), cujos valores serão obtidos com o produto dos quantitativos efetivamente executados, pelos respectivos preços propostos. Sobre os valores obtidos serão incididos os percentuais propostos para encargos sociais, custos administrativos, remuneração da CONTRATADA e despesas fiscais.

13.3. Os pagamentos dos serviços executados se processarão na forma de contratação EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, sendo medidos e pagos em conformidade com os itens previstos no orçamento referencial da SEOSP, executados no período da medição, dentro dos limites previstos no Cronograma Físico-Financeiro.

13.3.1. O pagamento será realizado somente sobre os serviços executados, ou seja, não será permitido pagamento de materiais e/ou equipamentos apenas adquiridos ou postos em obra sem a devida instalação.

13.3.2. A antecipação da execução de etapas/serviços em relação ao prazo previsto no cronograma físico-financeiro deverá ser aprovado previamente pela FISCALIZAÇÃO sob pena de a CONTRATADA somente ter o direito de receber estes apenas quando decorrido o prazo previsto na programação de desembolso.

13.4. A cada etapa executada será gerado o Boletim de Medição pela FISCALIZAÇÃO, onde deverá conter as informações quanto a descrição, unidade, quantidade, preço unitário e o valor a ser pago por cada serviço;

13.5. Após emissão do Boletim de Medição, será solicitada à CONTRATADA a emissão da Nota Fiscal de Serviço em observância à Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.11.4.1. A CONTRATADA deverá indicar no corpo da nota fiscal, o número do contrato, nome do banco, agência e número da conta corrente onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

13.6. As parcelas mensais de desembolsos por parte da SEOSP ficarão limitadas aos valores previstos no Cronograma, proposto pela CONTRATADA, o qual será previamente aprovado pela FISCALIZAÇÃO.

13.7. A CONTRATADA poderá executar serviços de forma a adiantar o Cronograma Físico-Financeiro contratado, desde que novo Cronograma tenha sido aprovado pela FISCALIZAÇÃO e consubstanciado em parecer oficial do setor competente pela ordenação de despesa atestando a viabilidade orçamentaria e financeira para tal.

13.8. O pagamento da última fatura não será considerado como aceitação definitiva do serviço ou obra e não isentará a CONTRATADA das responsabilidades contratuais quaisquer que sejam.

13.9. O pagamento será efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados da habilitação para pagamento, mediante ordem bancária para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA, no valor correspondente, após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato, obedecendo aos prazos estabelecidos no Decreto Orçamentário vigente.

13.9.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

13.9.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção na fonte de todos os tributos inerentes ao contrato em questão.

13.9.3. Em caso de atraso no pagamento, motivado exclusivamente pela SEOSP, o valor devido será corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo –IPCA, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, com apuração desde a Data prevista para o pagamento até a data de sua efetiva realização;

13.9.4. O(s) pagamento(s) não realizado(s) dentro do prazo por eventos decorrentes da CONTRATADA, não será(ão) gerador(es) de direito a qualquer acréscimo financeiro.

13.10. O pagamento das obrigações contratuais observará a ordem cronológica de exigibilidade para cada fonte diferenciada de recursos.

13.10.1. A ordem cronológica de exigibilidade terá como marco inicial, para efeito de inclusão do crédito na sequência de pagamentos, a liquidação de despesa.

13.10.2. Considera-se liquidação o segundo estágio da despesa pública e consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, após a execução do objeto do gasto e atesto por servidor designado.

13.11. Previamente ao pagamento, a SEOSP deverá verificar as condições previstas no contrato ou instrumento equivalente.

13.11.1. A eventual perda das condições de que trata este item não enseja, por si, retenção de pagamento pela SEOSP.

13.12. Os documentos exigidos para pagamento, para pessoas jurídicas, devem ser emitidos no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ previsto no contrato, salvo quando o órgão emissor o fizer apenas no número da Matriz.

13.13. Nos casos de aplicação de penalidade em virtude de inadimplência contratual pela CONTRATADA, não serão efetuados pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação das respectivas obrigações.

13.14. Não será efetuado pagamento de nota pendente de adimplemento por parte da CONTRATADA.

13.15. Caso o objeto tenha sido recebido parcialmente, o pagamento da nota deverá ser equivalente apenas ao objeto recebido definitivamente, ou seja, somente quanto à parcela incontroversa.

13.16. As notas fiscais a serem pagas poderão sofrer desconto devido à aplicação das glosas e multas aplicadas previstas neste contrato.

13.17. Constatada alguma irregularidade na Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, esta será devolvida ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

13.18. O contratante não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que foram negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring.

13.19. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações vinculadas ao serviço contratado, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia, nem implicará aceitação definitiva dos mesmos.

13.20. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças, serão de responsabilidade da CONTRATADA.

13.21. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas à prestação de serviços deste contrato.

13.22. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA: a) Não produziu os resultados acordados; b) Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida; c) Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do objeto, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

13.23. Nos casos em que houver controvérsia sobre a execução do objeto quanto à dimensão, qualidade e/ou quantidade, será efetuada a liberação do pagamento somente da parcela incontroversa.

13.24. Para as operações de vendas destinadas a Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por nota fiscal eletrônica.

13.25. A não manutenção das condições exigidas para a habilitação na licitação, durante a execução contratual não permite a retenção do pagamento devido à CONTRATADA por serviços já prestados e recebidos sem ressalvas pela SEOSP.

13.26. Verificadas quaisquer irregularidades, a SEOSP deverá notificar a Contratada para que regularize a sua situação, sem prejuízo do prosseguimento do processo de pagamento.

13.27. A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela SEOSP, pode culminar em rescisão contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.

13.28. É facultada a retenção dos créditos decorrentes dos contratos, até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.29. Na hipótese de fatos impeditivos do pagamento decorrentes de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a interrupção destes fatos.

13.30. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em /2024.

13.30.1. A data do orçamento estimado a que se refere este item é a data em que o orçamento ou a planilha orçamentária foi elaborada, independente da data da tabela referencial utilizada.

13.31. Depois de transcorrido um ano do termo inicial definido no item anterior, e desde que haja pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do índice de reajustamento específico fornecido pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, publicado pelo DNIT, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.32. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de memorial do cálculo.

13.33. A SEOSP verificará, a cada pedido de reajuste formalizado pela contratada, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual. Tal verificação também poderá ser realizada independente da formalização da contratada, quando houver a necessidade de comprovar a vantajosidade da contratação.

13.34. Depois de transcorrido um ano do orçamento estimado definitivo da Administração, e desde que haja pedido da CONTRATADA, os preços contratuais serão reajustados de acordo com os Índices de Reajustamento de Obras / DNIT - [Link](#), conforme fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas, respeitada a periodicidade mínima legal, mediante a seguinte fórmula:

$$R = \frac{I_i - I_0}{I_0} * V$$

onde:

R = Valor da parcela de reajustamento procurado;

V = Valor a preços iniciais da parcela do contrato da obra ou serviço a ser reajustado;

$I_0$  = Índice de preço verificado no mês base do orçamento da administração/SEOSP; (DEZEMBRO/2024)

$I_i$  = Índice de preço referente ao mês de reajustamento correspondente ao da data do adimplemento da obrigação.

**INCC di - OBRAS (dezembro/2024)  $I_0 = 1.159,536$**

13.35. O deferimento do reajuste somente terá incidência no preço contratado a partir da data do protocolo do pedido de reajuste.

13.36. O preço poderá ser reajustado novamente somente após 12 (doze) meses do anterior, incidindo sobre o valor atualizado do contrato.

13.37. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.38. São nulos de pleno direito quaisquer expedientes que, na apuração do índice de reajuste, produzam efeitos financeiros equivalentes aos de reajuste de periodicidade inferior à anual.

13.39. A prorrogação contratual sem a solicitação do reajuste implica a preclusão deste, sem prejuízo dos futuros reajustes nos termos pactuados.

13.40. Não se admitirá como encargo financeiro, juros, despesas bancárias e ônus semelhantes.

13.41. Somente ocorrerá este reajuste para as parcelas que ultrapassem o período mencionado e caso o adimplemento da obrigação das parcelas a realizar não estejam atrasadas por culpa da CONTRATADA conforme cronograma físico aprovado pela FISCALIZAÇÃO da SEOSP.

13.42. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

13.43. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.44. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.45. No caso de atraso na execução do objeto ou de suas etapas:

a) - Se os preços aumentarem, prevalecerão os índices vigentes nas datas previstas para a realização do fornecimento ou execução das obras ou serviços;

b) - Se os preços diminuïrem, prevalecerão os índices vigentes nas data em que os fornecimentos, obras ou serviços forem realizados ou executados;

- a) Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- b) Somente ocorrerá este reajuste para as parcelas cuja previsão de execução no cronograma esteja além da data-base considerada.
- c) Não se admitirá como encargo financeiro juros, despesas bancárias e ônus semelhantes.
- d) Para as etapas do cronograma com previsão de conclusão anterior à data-base considerada, mas que não estejam concluídas, não será aplicado reajuste.

13.46. O reajuste será realizado por apostilamento.

13.47. O reajustamento será devido a partir do primeiro dia do mesmo mês do ano seguinte ao do orçamento da administração/SEOSP (Acórdão TCU 1.707/2013).

13.48. A iniciativa e o encargo para o cálculo do reajustamento deverão ocorrer por conta da contratada, cabendo ao órgão ou entidade contratante a verificação do resultado obtido, e se houver concordância, aplicar o reajustamento dos preços com fundamentos nesses cálculos. Se equivocados, deverá ter o respectivo protocolo devolvido para as devidas correções apontadas pela Administração.

13.49. Na hipótese em que, antes da data da concessão do reajustamento, já houver ocorrido a revisão do contrato para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, a revisão será considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada;

13.50. A revisão contratual será concedida, a pedido da contratada, para promover o reequilíbrio econômico-financeiro da avença, diante da ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis com consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

13.50.1. O pedido de revisão de contrato deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- Requerimento da contratada devidamente assinado pelo seu responsável;
- Planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato;
- Planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato;
- Documentação hábil demonstrando a ocorrência de fatos imprevisíveis, fatos previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem álea econômica extraordinária e extracontratual;
- Ato do ordenador de despesa do órgão ou entidade que decidir pelo reconhecimento das circunstâncias que autorizam a revisão do contrato; e
- Pesquisa de preços praticados no mercado a fim verificar se o preço reequilibrado permanece atendendo o pressuposto fundamental da licitação, se for o caso.

13.50.2. O prazo para resposta ao pedido de reequilíbrio contratual (reajuste e/ou revisão) será inicialmente de 30 (trinta) dias, contados da data do fornecimento da documentação prevista nos Artigos 163 e 164 do Decreto 28.874/2024 que Regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia, com fundamento na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos e revoga os Decretos nº 12.234, de 13 de junho de 2006, nº 16.089, de 28 de julho de 2011, nº 18.340, de 6 de novembro de 2013, nº 21.349, de 21 de outubro de 2016 e nº 26.182, de 24 de junho 2021.

13.50.3. O prazo acima estabelecido poderá ser prorrogado desde que devidamente justificado pelo setor responsável e autorizado pelo titular da respectiva coordenadoria.

13.50.4. Não se aplica ao presente objeto a repactuação de contrato visto que esta aplica-se exclusivamente a serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra.

13.50.5. A revisão será formalizada por meio de termo aditivo.

13.50.6. Os procedimentos de reajuste, revisão e correção monetária obedecerão criteriosamente a Lei Federal 14.133/2021 e DECRETO Nº 28.874, DE 25 DE JANEIRO DE 2024.

13.51. Nenhum pagamento será efetuado a contratada, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

13.51.1. Na hipótese de haver irregularidades no cumprimento das obrigações da(s) Contratada(s), a Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos - SEOSP reterá os créditos a que aquela teria direito, até o limite do valor dos prejuízos causados à Administração. A aplicação das medidas previstas na Lei 14.133/2021, fica a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

13.51.2. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo para pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que regularizados.

13.51.3. Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a(s) Contratada(s) não tenha(m) concorrido, de alguma forma, para o atraso, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referenciada e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada com a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo

VP = valor da parcela paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,000164384, assim apurado:

$I = (TX)/365$   $I = \{(6/100)/365\}$   $I = 0,000164384$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

13.51.4. Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivam sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que se providenciem

as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação de novo documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

13.51.5. A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão; Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

13.51.6. A CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA em até 15 (quinze) dias úteis, contados da habilitação para pagamento, devidamente comprovado através da Nota Fiscal/Fatura, certificada pela equipe de recebedores (comissão designada), conforme estabelecido na Lei Federal 14.133/2021.

13.51.7. O vencimento do prazo de até 15 (quinze) dias úteis para pagamento será contado a partir da data da certificação pela equipe de recebedores.

13.51.8. Não será efetuada antecipação de pagamento.

13.51.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

#### 13.52. Dos acréscimos e supressões

13.52.1. As alterações necessárias ao objeto em tela apenas ocorrerão nas condições estabelecidas nos Art. 124 a Art. 132 da Lei 14.133/2021:

Art. 124. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;

b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II - por acordo entre as partes:

a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;

b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

§ 1º Se forem decorrentes de falhas de projeto, as alterações de contratos de obras e serviços de engenharia ensejarão apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração.

§ 2º Será aplicado o disposto na alínea “d” do inciso II do caput deste artigo às contratações de obras e serviços de engenharia, quando a execução for obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias ao contratado.

Art. 125. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

Art. 126. As alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei não poderão transfigurar o objeto da contratação.

Art. 127. Se o contrato não contemplar preços unitários para obras ou serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no art. 125 desta Lei.

Art. 128. Nas contratações de obras e serviços de engenharia, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

Art. 129. Nas alterações contratuais para supressão de obras, bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e os colocado no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente reajustados, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

Art. 130. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

Art. 131. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

Parágrafo único. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 desta Lei.

Art. 132. A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

## 14. OBRIGAÇÕES

14.1. As obrigações das partes (direitos e responsabilidades), relativas aos serviços objeto desta licitação estarão dispostas em Contrato, elaborado em consonância com este Termo, ao Edital de licitação e seu(s) anexo(s), e em legislação pertinente.

14.2. O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança dos serviços e dos materiais empregados, durante o período de garantia previsto para o serviço.

14.3. Obrigações da contratada

14.3.1. Em se tratando de atividades que envolvem serviços de natureza intelectual, após a assinatura do Contrato, a CONTRATADA deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do Projeto Básico, o gestor do Contrato, o fiscal técnico do Contrato, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

14.3.2. Manter, durante a licitação e a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação/edital, em relação às obras e serviços.

14.3.3. Nos casos em que haja a necessidade de execução de entrada de energia em alta tensão, a contratada deverá, na fase de execução,



dispor em seu corpo técnico profissional habilitado para a execução de tal serviço.

14.3.4. Nos casos em que haja a necessidade de elaboração de Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV ou Relatório de Impacto Trânsito - RIT, por exigência dos órgãos responsáveis pela aprovação dos projetos, durante a execução da obra ou sua conclusão, a elaboração do EIV ou RIT será de responsabilidade da empresa Contratada, sem custos para a Contratante.

14.3.5. Nos casos em que haja a necessidade de elaboração de EIA/RIMA - Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental por exigência dos órgãos responsáveis pela aprovação do projeto, durante a execução da obra ou sua conclusão, a elaboração do EIA/RIMA será de responsabilidade da empresa Contratada, sem custos para a Contratante.

14.3.6. A CONTRATADA não poderá subempreitar o total dos serviços a ela adjudicados, sendo-lhe, entretanto, permitido fazê-lo parcialmente, no limite de 30% (trinta por cento), para os serviços técnicos não especializados, continuando a responder, porém direta e exclusivamente, pela fiel observância das obrigações contratuais, sendo necessária a autorização prévia do SEOSP e o cumprimento da Lei Federal Nº. 13.429 de 31/03/2017, a qual dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros.

14.3.7. Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

14.3.8. Responsabilizar-se pelo fornecimento de todos os equipamentos, inclusive EPI's, EPC's e materiais necessários à segurança do pessoal que trabalha nos serviços, bem como oferecer todas as condições exigidas pelo Ministério do Trabalho, tendo em vista o risco que o tipo de serviço oferece.

14.3.9. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

14.3.10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

14.3.11. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o artigo 35, inserido no "ANEXO VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017", previsto no subitem 6.1, "a" e "b":

a) O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à CONTRATANTE distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

b) Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do Contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da CONTRATANTE, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

14.3.12. Realizar a conclusão contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da CONTRATANTE.

14.3.13. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

14.3.14. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do Contrato e especialidades pertinentes.

14.3.15. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

14.3.16. Assumir todas as despesas relativas à pessoal e quaisquer outras oriundas, derivadas ou conexas com o Contrato, tais como: salários, encargos sociais e trabalhistas, impostos, alimentação de pessoal, deslocamentos de funcionários, equipamentos de proteção individual e coletiva, tributos, seguros, taxas e serviços, licenças em repartições públicas, registros, autenticações do Contrato, todos os tipos de cópias de projetos ou documentos, etc., e ficando, ainda, para todos os efeitos legais, declarada pela CONTRATADA a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e/ou prepostos e a SEOSP.

14.3.17. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.

14.3.18. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

14.3.19. Comunicar à fiscalização da CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços, inclusive acidentes de impacto ambiental e social.

14.3.20. Fica para a empresa CONTRATADA, a responsabilidade das instalações hidrossanitárias e elétricas provisórias. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do Contrato.

14.3.21. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, no prazo determinado.

14.3.22. Manter permanentemente na obra um(a) Engenheiro(a) Civil ou Arquiteto(a) habilitado(a) tecnicamente para dirigir os trabalhos, bem como para responder por todos os atos praticados pela CONTRATADA, durante a execução dos serviços contratados.

14.3.23. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.

14.3.24. Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do Contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço.

14.3.25. Transportar/deslocar por sua conta e risco o pessoal, os materiais, equipamentos, veículos ou máquinas necessárias à execução dos respectivos serviços.

14.3.26. Executar o Contrato conforme especificações do Edital de Licitação e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais, instrumentos, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade necessárias para execução dos serviços solicitados, em conformidade com o sistema construtivo proposto desde que sustentável no Plano de Trabalho.

- 14.3.27. Reparar, corrigir, remover ou substituir no total ou em parte, às suas expensas, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, os serviços/obras efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 14.3.28. Executar serviços de primeira qualidade utilizando para isto mão de obra de pessoas idôneas, tecnicamente capacitadas e identificadas, de forma que os serviços atinjam o fim especificado.
- 14.3.29. Dar ciência à SEOSP, através da FISCALIZAÇÃO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços, mesmo que estes não sejam de sua competência.
- 14.3.30. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 14.3.31. A ausência ou omissão da FISCALIZAÇÃO da SEOSP não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades previstas nas leis ou no Contrato, bem como nas normas da ABNT, CONFEA, CREA, INMETRO, CORPO DE BOMBEIROS E DEMAIS REGULAMENTOS OFICIAIS QUE REGEM OS ASSUNTOS VINCULADOS À EXECUÇÃO DO OBJETO.
- 14.3.32. Atender e repassar, tempestivamente, através de seu preposto/responsável técnico e/ou administrativos, a comunicação das solicitações da SEOSP e/ou do Fiscal do Contrato.
- 14.3.33. Transportar por sua conta e risco os lixos, entulhos, retirando-os das dependências da obra, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes, seja ocorrido no local de retirada do entulho por sua culpa, ou no trajeto de transporte. Os lixos e entulhos deverão ter sua destinação adequada, observando as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos pela Legislação Municipal e pela Resolução nº 307/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA.
- 14.3.34. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:
1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;
  2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;
  3. florestas plantadas; e
  4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- 14.3.35. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual.
- 14.3.36. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental e social:
- a) Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
  - b) Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151:2020 – Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152:2020 – Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;
- 14.3.37. Conforme Art. 2º da Instrução Normativa do IPHAN, assim como assegurado no Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937; na lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961; e no Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, caso sejam identificados quaisquer vestígios arqueológicos na Área Diretamente Afetada pelas obras, o empreendedor deverá se responsabilizar pela conservação desses bens, comprometendo-se a suspender imediatamente os serviços ou atividades na área afetada do empreendimento e comunicar a Superintendência Estadual do IPHAN.
- 14.3.38. Fazer as anotações dos andamentos da construção em diário de obras. Este diário deverá permanecer no canteiro e ficar disponível todos os dias à fiscalização da SEOSP, ou a qualquer outro órgão oficial de fiscalização que precisar fazer algum tipo de anotação referente à obra ou serviço de engenharia em execução. O diário de obras deverá ser anotado de forma contínua e simultânea à execução da obra ou serviço de engenharia, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto. A não apresentação do diário de obras à fiscalização (entregar o original e não cópias) impedirá o visto nas notas fiscais referentes às medições dos serviços executados no período (para efetuar medições, os serviços deverão estar executados).
- 14.3.39. Caso o Diário de Obra esteja desatualizado, ou não estiver no canteiro da construção, será aplicada à CONTRATADA uma multa equivalente a 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato em cada uma das vezes que o fato ocorrer.
- 14.3.40. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados na execução dos serviços.
- 14.3.41. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 14.3.42. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 14.3.43. A CONTRATADA responderá pela solidez e segurança da obra por 10 anos após sua entrega, sendo 5 anos conforme Art. 618 do Código Civil, e mais 5 anos de garantia estendida, conforme Decreto Estadual nº 10.086/2022, § 7º, Art. 179, devendo paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros. Dessa forma, a CONTRATADA irá refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 14.3.44. Entregar à CONTRATANTE o manual de operação, manutenção e conservação da obra.
- 14.3.45. Nos termos do Decreto Estadual nº 25.783/2021, a contratada deverá empregar, no percentual mínimo de 2% (dois por cento), mão de obra formada por pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos do sistema prisional.
- 14.3.46. Cumprimento de cotas de aprendizes, sendo que dentre os(as) aprendizes a serem contratados(as) deverá ser priorizado(a)

adolescente entre 14 a 18 anos que estejam em situação de vulnerabilidade e ou risco social, nos termos do art. 53, caput, incisos I a III, §1º e §2º, do Decreto Presidencial n. 9.579/2018, com redação conferida pelo Decreto nº. 11.479/2023.

14.3.47. Cumprimento das exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitação da Previdência Social e para aprendiz.

14.3.48. A contratada deverá elaborar, ao final da obra, o relatório Final da Obra, inclusive o Projeto “As Built” as suas custas, de acordo com as normas que forem pertinentes.

14.3.49. Após a elaboração do projeto básico pelo contratado, o conjunto de desenhos, especificações, memoriais e cronograma físico-financeiro deverá ser submetido à aprovação da Administração, que avaliará sua adequação em relação aos parâmetros definidos no edital e conformidade com as normas técnicas, vedadas alterações que reduzam a qualidade ou a vida útil do empreendimento e mantida a responsabilidade integral do contratado pelos riscos associados ao projeto básico, conforme constantes no §3º do art. 46 da Lei 14.133/2021:

14.3.50. Obriga-se a contratada a atender as exigências constantes no art. 45 da Lei 14.133/2021:

**Art. 45.** As licitações de obras e serviços de engenharia devem respeitar, especialmente, as normas relativas a:

**I** - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;

**II** - mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

**III** - utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais;

**IV** - avaliação de impacto de vizinhança, na forma da legislação urbanística;

**V** - proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas;

**VI** - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

#### 14.4. Obrigações da contratante:

14.4.1. Exercer a fiscalização dos serviços por intermédio de servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº. 14.133/2021.

14.4.2. Liberar o local e permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA para execução dos serviços solicitados; prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA.

14.4.3. Alocar os recursos financeiros necessários para cobrir as despesas de execução deste Contrato.

14.4.4. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

14.4.5. Quando for o caso, conferir a formação técnica específica da mão de obra oferecida, através de Certificado de Curso de Formação, expedido por Instituições devidamente habilitadas e reconhecidas ou por tempo de serviço na área registrado em carteira de trabalho.

14.4.6. Exigir da CONTRATADA a imediata correção de serviços mal executados e substituição de materiais, equipamentos e acessórios em desacordo com o especificado.

14.4.7. Exigir que a CONTRATADA mantenha o seu pessoal provido de Equipamentos de Proteção Individual e Coletivo (EPI's e EPC's, que deverão ser fornecidos pela Licitante Vencedora).

14.4.8. Receber, conferir e atestar a nota fiscal/documentos de cobrança.

14.4.9. Exigir que o Diário de Obra esteja sempre atualizado e disponível no canteiro da obra.

14.4.10. Verificar e exigir a execução das rotinas de serviços estabelecidas neste PROJETO BÁSICO e no Edital de licitação.

14.4.11. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

14.4.12. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro.

14.4.13. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

a) exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto;

b) direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa CONTRATADA;

c) promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

14.4.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do Contrato.

14.4.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

14.4.16. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, *as built*, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

14.4.17. Exigir da CONTRATADA que providencie como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso, a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à CONTRATANTE no art. 119 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

14.4.18.

#### 15. SANÇÕES POR DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES PACTUADAS

15.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

15.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato.

15.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

15.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato.

15.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

- 15.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.
- 15.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
- 15.1.6.1. O prazo para entrega da documentação e assinatura do contrato será de 05 (cinco) dias úteis contados da data a convocação.
- 15.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
- 15.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato.
- 15.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- 15.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza (considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances).
- 15.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 15.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 15.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência pela falta do subitem 15.1.1 deste PROJETO BÁSICO, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - b) Multa de 0,5% (cinco centésimos por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, a ser aplicada após a decisão fundamentada, referente às infrações previstas nos subitens 15.1.1 a 15.1.12;
  - c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 15.1.2 a 15.1.7 deste PROJETO BÁSICO, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 15.1.8 a 15.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.
- 15.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- a) A natureza e a gravidade da infração cometida.
  - b) As peculiaridades do caso concreto.
  - c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
  - d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- 15.3.1. Implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 15.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 15.5. A aplicação das sanções previstas neste PROJETO BÁSICO não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 15.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 15.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 15.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 15.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 15.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

## **16. DA MATRIZ DE RISCOS**

- 16.1. A Matriz de Risco anexa a este Projeto Básico se limita apenas à definição/alocação das responsabilidades nos casos expostos, entre o contratante e o contratado, não trazendo cálculo do valor da taxa de risco, apenas os valores enunciados em normas vigentes, tendo em vista, que não há dados estatísticos disponíveis para o presente.
- 16.2. Desta forma, considerando que o presente PROJETO BÁSICO trata-se de CONTRATAÇÃO POR PREÇO UNITÁRIO, a matriz de riscos consta como ANEXO deste Projeto Básico.

## **17. ANEXOS**

- 17.1. Os itens adiante relacionados compõem o presente PROJETO BÁSICO LICITATÓRIO e devem ser disponibilizados para os licitantes:
- 17.1.1. Levantamento topográfico (0055753013);
  - 17.1.2. Projeto de Blocos e estacas (0056642096);

- 17.1.3. Planilha Orçamentária (0065132559);
- 17.1.4. Anotação de Responsabilidade Técnica - Orçamento (0061234253 e 0065132569);
- 17.1.5. Projeto Elétrico - Memorial Descritivo (0057608336);
- 17.1.6. Anotação de Responsabilidade Técnica - Elétrica (0057608553);
- 17.1.7. Projeto Elétrico - Prancha (0057608795);
- 17.1.8. Projeto Elétrico - Lista de Material (0057608875);
- 17.1.9. Certidão Ambiental - SEMA (0060290899);
- 17.1.10. Mapa de Risco 49 / Matriz de Risco (0061383891);
- 17.1.11. Adendo Memorial Descritivo / de Cálculo - Estrutural (0061382447);
- 17.1.12. Anotação de Responsabilidade Técnica - Estrutural (0061390950);
- 17.1.13. Estudo Técnico Preliminar 11 (0061324267);
- 17.1.14. Projeto Arquitetônico-Urbanístico (0064773959);
- 17.1.15. Protocolo Projeto na Energisa (0065132285).

Data do sistema, conforme assinatura.

**FRANCISCO MELEIRO NETO**  
Coordenador de Projetos e Orçamentos - SEOSP/RO

**AUTORIZO NA FORMA DA LEI:**

**ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA**  
Secretário de Estado de Obras e Serviços Públicos - SEOSP



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO MELEIRO NETO**, **Coordenador(a)**, em 08/10/2025, às 10:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA**, **Secretário(a)**, em 08/10/2025, às 15:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0065159684** e o código CRC **42BFE9A6**.